



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 386 - DE 07 A 21 DE FEVEREIRO DE 2010 - R\$ 3,00

As frações burguesas em disputa para arrastar as massas para as eleições

Para quê as centrais querem uma nova Conclat?

A burguesia e seus governos são os culpados pelas dezenas de mortes pelas chuvas



Entrega imediata de moradias às famílias!
Mobilizar e lutar nas ruas pelas reivindicações!
Unidade dos movimentos contra os governos!

Lutar contra a exclusão da maioria das universidades

Governo Serra desfecha mais ataques aos professores

Conferências Regionais do POR

A luta armada no Brasil (1960-1970) - A ALN

Fórum Social Mundial em Salvador: sem perspectiva

Como arrastar os explorados

As pesquisas de intenção de voto são instrumento da disputa eleitoral entre partidos da burguesia. José Serra do PSDB conta com 33,2%, Dilma Rousseff do PT, 27,8% e Ciro Gomes do PSB, 11,9%. Duas conclusões foram tiradas pelos analistas e propagandistas eleitorais. A primeira é que Dilma cresceu alguns pontos, diminuindo a diferença com Serra. A segunda diz respeito à candidatura do PSB, cuja dúvida tem sido se tira voto de Dilma ou de Serra.

Ciro Gomes se lançou para negociar posição com o PT e não ficar completamente subordinado às negociatas de Lula com os chefes do PMDB. A pesquisa mostrou que Ciro Gomes arranca voto de José Serra, que venceria no primeiro turno com 40,7% dos votos, caso o falastrão do PSB desistisse.

Bastou para que Ciro engrossasse a voz, declarando-se candidato, apesar da contrariedade de Lula.

Os petistas estão convictos de que Ciro ajudaria o candidato do PSDB, prejudicando a estratégia de polarizar a disputa e fazer das eleições de outubro um plebiscito em torno do governo Lula – quem está a favor do governo vota em Dilma, os contras votam em Serra. A alta aprovação de Lula favoreceria a candidata do PT.

As condições econômicas e o arrefecimento da crise desde o terceiro trimestre de 2009 projetam luz sobre a administração lulista. Como então não ganhar as eleições por falta de um novo caudilho substituto? Se Lula não estivesse impedido pela Constituição de concorrer pela terceira vez, o contínuismo estaria assegurado. Mas Dilma é uma obscura personagem, colocada à frente de um Ministério estratégico para ser preparada à sucessão. Quanto ao que vem sendo possível fazer para potencializar a candidatura de Dilma, antecipando o calendário eleitoral, Lula não tem medido esforços. Quanto mais cedo se definir a disputa plebiscitária, melhor para os planos de Lula de não se afastar do poder. A campanha da imprensa peessedebista de denúncia contra a violação da Lei Eleitoral pôs algum limite à publicidade em torno de

Dilma.

Lula conta com a máquina federal (PAC, programas assistencialistas etc.) e com a burocracia sindical e os denominados movimentos sociais. Serra, com a máquina do estado mais poderoso da federação e com a maior parte da imprensa. Há duas questões chaves: 1) Como arrastar os explorados antecipadamente para a consolidação da disputa; 2) Como obter apoio do grande capital. Vai jorrar uma dinheirama.

A burguesia não tem o que se queixar de Lula. O caudilho cumpriu todos os compromissos com os capitalistas. Fez um governo exemplar, garantindo a exploração das massas e o enriquecimento da minoria. O problema está em que há uma mudança da situação que causa temor na oligarquia burguesa que comanda a vida política no país. A crise mundial não foi superada, tudo indica que o ténue reanimamento econômico é passageiro e que a bancarrota voltará a predominar.

Como seria um governo de Dilma?

Certamente, nos cálculos da classe capitalista, Serra tem mais condições para enfrentar um novo quadro de instabilidade política, perante a qual o proletariado poderá sair do longo refluxo a que foi submetido. Sem dúvida, deve entrar nos cálculos a importância do controle da burocracia sindical sobre as massas, que foi extraordinário sob o governo Lula e tão benéfico para os exploradores obter alta lucratividade. Mas Dilma não desperta confiança também quanto à capacidade de constituir um governo fortemente centralizado, que controle a burocracia sindical e reprima as tendências de luta dos explorados.

A discórdia em torno da aliança com o PMDB está imersa nessa avaliação. No primeiro mandato, os peemedebistas usaram o caudilhismo de Lula e o deslocamento eleitoral da população pobre e da classe média em direção ao PT para romper a aliança com o PSDB. Foi uma peça fundamental para amortecer os ataques da oposição peessedebista e peefelista. No segundo mandato,

tomou conta do governo. Agora, exige a vice-presidência num claro aceno de que terá um peso ainda maior caso se constitua um governo de Dilma.

Os petistas almejam um vice sem projeção e sem a força de aparato partidário. O PMDB se encontra em condições de ditar quem bem entender. Está evidenciada a fragilidade antecipada de um governo de aliança hegemônica do PMDB e a redução da influência do PT, que perdeu força e poderá se tornar cada vez mais insignificante para a política da burguesia. Mas os capitalistas contam com o caudilhismo de Lula para a “paz social” e para isso o PT ainda tem muito a contribuir. Lula consolidou em sua gestão interesses de poderosos grupos econômicos, que lhe servem de capital nas eleições e para seu futuro político.

Esses aspectos da disputa interburguesa permitem mostrar à classe operária e demais explorados as teses marxistas de que as eleições são um instrumento de poder da classe capitalista e de dominação sobre as massas. Nas condições particulares de crise estrutural do capitalismo, o PT representa um fenômeno gestado nas entranhas da política burguesa de dominação. Vem cumprindo um papel de contenção das reivindicações e das lutas dos explorados. Para isso, usa artimanhas de todo tipo, como antineoliberalismo, desenvolvimento sustentado, projeto nacional e popular, distribuição de renda, ascensão econômica dos explorados, igualdades de direitos etc. Serve-se desses recursos para encobrir sua face de partido aburguesado e entregue à causa da grande propriedade dos meios de produção. A burocracia sindical e os chefes dos “movimentos sociais”, por controlarem sem-terra e sem-teto, vestem as máscaras do reformismo e se põem a serviço do governo burguês

A tarefa do Partido Operário Revolucionário é desmascarar os traidores das causas dos explorados, denunciar os partidos da burguesia e defender a independência política do proletariado.

Para que a burocracia sindical reedita a Conclat?

A CUT, Força Sindical, CTB, CGTB, NCST e UGT se reuniram em janeiro para anunciar a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), para o mês de junho. Os burocratas, representando os partidos da ordem capitalista PT, PCdoB, PDT, são pressionados pelo governo Lula para colocarem os organismos dos trabalhadores (Centrais e sindicatos) a serviço das eleições de 2010. Durante o governo Lula, estiveram juntos no apoio a sua governabilidade, compondo ministérios e outros órgãos da administração estatal. Agora, chegou a vez de colocar o aparato sindical a serviço da eleição da candidata do PT, Dilma Rousseff.

O encontro dos capachos do governo fez proselitismo em torno do nome Conclat, como se fosse reproduzir a 1ª Conclat, realizada em 1981, por ocasião do ascenso do movimento operário, das enormes greves que paralisaram o ABC e da necessidade de criar uma Central frente aos interventores sindicais da ditadura militar. A 1ª Conclat nasceu das lutas. Agora, essa caricatura armada pelos burocratas nasce do servilismo das direções à política burguesa do governo Lula.

Depois de quebrar a resistência da classe operária às medidas patronais

anticrise, de aceitar os acordos malditos de redução salarial e eliminação de direitos, a CUT, a Força Sindical e seus seguidores retomam o discurso de que a economia voltou a crescer, que o Brasil pouco foi atingido pela crise e que os empregos estão sendo repostos. Fazem o que a burguesia e seus representantes no Estado pregam aos quatro ventos.

A pelegada nadou em dinheiro (imposto sindical) com a legalização das Centrais e agora retribuem com o apoio ao PT, PMDB e aos partidos que compõem a coligação eleitoral de Dilma. A vitória de Dilma permitirá a manutenção dos burocratas nos órgãos do Estado e o passe-livre nos corredores do Congresso Nacional. Os vendidos, alguns oriundos da classe operária, fazem sindicalismo como degrau da escada para alcançar os postos da administração do Estado. Sentem-se importantes nas mesas de conciliação entre governo e capitalistas e são eternamente gratos pelas quirelas concedidas pelos representantes do capital. Na frente da classe operária e demais explorados, posam de trabalhadores e afinam o discurso para angariar apoios. Nas costas, são cordeiros dos capitalistas.

A reedição da Conclat será o maior

encontro de sindicalistas direitistas, travestidos de reformistas e estalinistas. Pretendem juntar mais de 10 mil, para aprovar o documento de apoio a Dilma, mesclado com reivindicações de sustentação do sistema capitalista de produção. O estalinista, Wagner Gomes-CTB, deixou de lado a verborragia do encontro e disse “será o fórum onde vamos dizer qual a candidatura que tem condições de implantar um projeto de nação focado na valorização do trabalho e na distribuição de renda”. A política estalinista de apoio a uma fração da burguesia corre atrás do lulismo e dos chamados projetos de distribuição de renda. Bebe no cocho do PT, para eleger seus candidatos nos estados e no Congresso Nacional.

A classe operária, que atravessa um retrocesso político e organizativo, precisa tomar em suas mãos a luta pela independência de classe, o que significa combater duramente os verdugos que se apossaram dos sindicatos e estilçaram o objetivo de se construir uma única central. Ao mesmo tempo, é preciso defender as reivindicações que unificam o proletariado, o campesinato e demais oprimidos com os métodos da luta de classe.

Rechaçar a proposta de 5% dos lucros do governo; exigir o salário mínimo vital

O governo Lula apresentou uma proposta de lei que institui o pagamento de 5% dos lucros das empresas aos funcionários. Por ela, 2% seriam distribuídos equitativamente entre os assalariados, e os 3% restantes seriam pagos de acordo com critérios de premiação da empresa.

Essa medida é apresentada como instrumento de distribuição de renda. Na verdade, é uma esmola que ainda tem a maior parte definida de acordo com critérios de “produtividade” – leia-se: ainda maior exploração do trabalho. E é uma migalha diante dos 95% dos lucros que ainda ficam com a empresa.

Se aprovada, não vai afetar a miséria da maioria, que mal sobrevive com os salários de fome.

Os explorados devem se colocar em defesa do salário mínimo vital, aquele suficiente para que uma família de 4 pessoas possa sobreviver. Pelos nossos cálculos, deve ser de R\$ 3.500,00. E reajustado automaticamente de acordo com a inflação. Essa é uma bandeira que une os assalariados, que pode ser defendida em unidade contra a patronal. A proposta do governo, ao contrário, ao se basear na produtividade, coloca um trabalhador contra o outro, e agindo individualmente. E tudo isso por uma esmola.

Os explorados devem rejeitar a proposta do governo e levantar suas bandeiras que unem a classe contra os patrões e o governo e defende a vida das famílias daqueles que produzem toda a riqueza.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Virada no PSOL

A direção do PSOL decidiu lançar candidatura própria nas eleições presidenciais. Heloisa Helena, presidente do partido, avançava negociações com o PV para apoiar Marina Silva. Tudo ia bem até que o PV, no Rio de Janeiro, selou aliança com o PSDB, em torno da candidatura de Fernando Gabeira para o governo do estado. O fato provocou pressões das bases e divisão interna.

O PV, na realidade, está na frente oposicionista com o PSDB, DEM e PPS (ex-PCB) faz tempo. Não sabemos por que o anúncio da aliança eleitoral no Rio trouxe transtorno às negociações do PSOL com o PV. Talvez devido aos interesses particulares do partido nesse estado fossem afetados. Toda cúpula do PSOL esteve no PT quando este fazia alianças eleitorais com Deus e o Diabo. Os social-democratas não se fizeram de rogado em aceitar dinheiro do magnata Gerdau e não viram nenhum problema em ter se aliado com PSB no Amapá e com o PV no Rio Grande do Sul nas eleições passadas. As críticas dos setores que se dizem socialistas não passaram de palavras. Não houve punição e todos estão de bem.

O PSOL é um mini PT, que alberga alhos e bugalhos. Heloisa Helena é a síntese desse ajuntamento. Com ares de cristão-socialista, oblitera a sua militância corrompida no PT e no parlamento. O empenho em arrastar o PSOL para o apoio a Marina não faz senão expor essa trajetória.

Na reunião da direção de 21 de janeiro, Heloisa manobrou com a proposta de apoio a Marina sem contrair uma aliança oficial com o PV. Foi derrotada nessa posição vergonhosa. No sábado, dia 23, o jornal Estado de São Paulo publicou parte de sua declaração, que infringe a decisão do partido. "Onde Marina entender que eu posso ajudar, com minha experiência, na construção do programa, vou contribuir, especialmente em segurança pública, saúde e educação."

Heloisa se negou, no Congresso do partido, a ser candidata do PSOL, decidindo por conta própria que seu destino é voltar ao Senado. O impasse levou o Congresso a marcar uma conferência eleitoral para se chegar a uma decisão final. Heloísa não perdeu tempo: pôs-se a

negociar um acordo com o PV. Esperava que na conferência tivesse tudo arrumado para aprovar a aliança com os verdes e enterrar de vez a pretensão de uma parcela do partido de lançar candidatura própria. Assim como se comportam burocratas e politiquieiros dos partidos burgueses.

Mas a coligação de Gabeira com o PSDB estragou a terraplanagem de Heloisa Helena. Está aberto, portanto, um processo de disputa entre três nomes: Plínio de Arruda Sampaio, Martiniano Cavalcanti e João Batista Araújo (Babá). Parece que o PSOL não carece de nomes para presidente da República.

PSTU reaviva o chamado à Frente de Esquerda

A rejeição de Heloisa Helena em ser candidata pela segunda vez desbotou o ânimo do PSTU em reeditar a Frente de Esquerda. O anúncio de que o PSOL poderia se alinhar ao PV amarelou de vez a campanha dos morenistas. Mas a decisão da direção do PSOL de lançar candidatura ruboreceu o ânimo do PSTU de constituir uma "alternativa socialista".

Eis a declaração do Opinião Socialista 397: "Agora, reiteramos o chamado ao PSOL, e em particular à sua esquerda, que busque concretizar na conferência de março um programa socialista e um critério classista que viabilize a formação de uma frente, que seria tão importante para apresentar uma alternativa à falsa polarização governo-oposição de direita."

Imaginem, o PSOL discutindo e concretizando um programa socialista! Conversa fiada de eleições. O PSTU corre atrás do PSOL como um perdigueiro. Mas, para salvar as aparências da política oportunista, Eduardo Almeida da direção nacional, começa o chamado à Frente de Esquerda exortando o PSOL a se posicionar por um programa socialista, cuja lista de pontos é apresentada no artigo "Mais uma vez, o chamado a uma frente classista e socialista".

Estamos diante da tentativa de transformar água em vinho. Para quem acompanha a política centrista do PSTU, nada surpreende, uma vez que os morenistas consideram o social-democrata PSOL e

o estalinista PCB como "socialistas". A esquerda que tem algum percentual de voto se torna socialista no condão do PSTU.

Temos insistido que o PSTU usa a consigna de Frente de Esquerda ou Frente Socialista para obter alguma expressão eleitoral, necessária para o fortalecimento do partido centrista. Como não tem capacidade eleitoral própria, escora-se nos "socialistas" que a tenham, mesmo que pequena. Está aí por que se interessa tanto que Heloisa Helena encabece a chapa presidencial da Frente de Esquerda. Foi assim no passado e continua sendo no presente, mesmo que a pequena caudilha esteja tramando o apoio a Marina Silva. Se não houver nada melhor, é bem provável que aceite algum outro do PSOL encabeçar a chapa.

O que diz Opinião Socialista sobre isso?

Eis: "Nós do PSTU defendemos que a candidatura da frente classista e socialista deveria ser Heloísa Helena. O PSOL está cometendo um erro grave ao se adaptar à vontade de Heloísa ser senadora, abdicando da única candidatura que poderia ter uma base de massa, ainda que minoritária."

Formulação capciosa, não? O que Eduardo Almeida chama de "base de massa" se traduz em votos, que nas eleições passadas contabilizaram 6.575.393 (6,85%). O dirigente morenista está dizendo, olhe PSOL, vocês estão jogando fora um capital precioso. Mas no fundo está lamentando sua própria perda. Coloquem-se o "programa socialista" e o "classismo" sob esse holofote e se verá que não sobra nada, a não ser o palavreado.

Por essa via, não se construírá o partido da revolução proletária, mas sim um partido social-democrata de esquerda. A tática eleitoral necessariamente deve estar subordinada à tática revolucionária e ser subsidiária. Adaptar-se às eleições significa fechar caminho para a luta independente do proletariado, que só o partido marxista pode expressar cabalmente. O PSTU poderia cumprir um papel progressivo se se colocasse por lutar nas eleições pelo programa da revolução e ditadura proletária, em torno do qual se poderia constituir uma frente.

Novas investidas contra o MST

A polícia, a mando da Cutrale e de Serra, invadiu, no dia 25 de janeiro, os assentamentos e acampamentos da região de Iaras/SP com mandados de prisão e apreensão. O objetivo era prender militantes do MST e forjar provas para incriminar os sem-terra de roubo. Invadiram os barracos, exigindo notas fiscais de pequenos pertencentes e os intimidaram com o terrorismo. Na invasão, prenderam 9 militantes assentados e acampados, sendo oito homens e a vereadora Rosimeire de Almeida (PT, que é uma das assentadas no município.

A fúria da polícia veio em função da exigência Fazenda-Indústria Cutrale, de exigir punição exemplar ao MST, que a ocupou em outubro de 2009. Na ocasião, tentou via polícia, justiça e imprensa criar uma comoção social em torno de imagens depredando os laranjais. Agora, prenderam militantes acusando-os de lidarem o quebra-quebra na Cutrale.

Na realidade, o conflito em Iaras não é de hoje. O MST reivindica há muito tempo as áreas griladas da União pela multinacional do agronegócio Cutrale. Portanto, a terra foi usurpada. O que movimento sem-terra exige é colocá-la à disposição da reforma agrária.

Os operários, camponeses e trabalhadores em geral devem se solidarizar efetivamente com o movimento do MST pela soltura imediata dos presos políticos, fim dos processos e invasões policiais aos assentamentos e acampamentos.

Em relação a empresa Cutrale, é necessário defender a expropriação e a coletivização da agroindústria.

Mais falsificações

A grande imprensa, incluindo a Revista Veja, iniciou uma campanha para criminalizar o MST, no Pará. Propagandeou a falsa notícia de que o movimento sem-terra ocupou a fazenda no município de Tailândia e depredou a floresta. A revista Veja trouxe a manchete "Predadores da Floresta". A que ponto chega a imprensa a serviço dos latifundiários e capitalistas. Mente, cria falsas notícias, usa de todos os meios para justificar a repressão ao MST.

De fato, a área destacada pela imprensa é uma das mais devastada pelos latifundiários e madeireiras. Na

região, as madeireiras e as empresas guiseiras desmatam para fazer o carvão vegetal. O MST não tem nenhuma fazenda ocupada nesse local. Portanto, o objetivo é responsabilizar o movimento dos camponeses e livrar os donos de serrarias e fazendeiros.

Cabe aos explorados do campo e da cidade denunciarem a violência praticada sobre a floresta amazônica e, por meio de seus tribunais populares punirem os verdadeiros culpados. Ao mesmo tempo, defender a expropriação dessas terras e madeireiras e entrega aos camponeses.

Jagunços de Gilson Coldato assassinam camponeses em Rondônia

O grileiro e latifundiário Gilson Coldato assassina, depois de muita tortura, os camponeses Élcio Machado e Gilson Gonçalves, no dia 7 de dezembro. Os jagunços tocaiados esperaram os camponeses para golpeá-los. Arrancaram suas unhas e dentes, retiraram tiras de couro de suas costas e Élcio teve sua orelha decepada, para, em seguida, seus corpos serem cravejados de bala. Tamaña barbárie tem um objetivo: atemorizar os camponeses.

Essa não é a primeira vez que Caldato age contra os camponeses acampados. Diz ser dono da terra pública que foi destinada pelo Incra em 2004. Depois da expulsão dos acampados, cerca de 50 famílias retornaram as terras em 2008. A partir daí, Caldato e os grileiros da região ameaçam constantemente os acampados, colocando fogo nos barracos e espalhando terror nas vizinhanças. Mesmo assim, os camponeses resistem.

Élcio era um dos líderes do acampamento e, juntamente com Gilson, teve sua vida ceifada pelos grileiros. Os camponeses do acampamento em Rio Alto denunciaram os crimes de Caldato e seus comparsas e estão dispostos a continuar a luta pela terra na região. Exigem punição ao assassino Dilson Caldato e imediata entrega das terras do PA Rio Alto às famílias acampadas. O Partido Operário Revolucionário denuncia o governo Lula de tolerar os assassinatos de pobres do campo

Os crimes contra os campone-

ses Élcio, Gilson, Neguinho e centenas de sem-terra assassinados devem ser respondidos com os métodos da classe operária. Somente os explorados podem julgar e punir os assassinos. Os tribunais populares constituem o instrumento dos oprimidos para conter a ofensiva sangrenta dos latifundiários e grileiros, que contam a se favor com a Justiça, as leis e os governantes.

Os quadrilheiros da CPMI

No mês de dezembro, depois da aprovar a Comissão Parlamentar Mista (CPMI) no Congresso Nacional, os quadrilheiros escolheram os melhores representantes dos latifundiários e agronegócio para criminalizar o MST.

A CPMI tem como lastro a senadora do DEM, Kátia Abreu, proprietária de dois grandes latifúndios e conhecida pelos atos de grilagem de terra de 80 famílias em Campos Lindos, estado de Tocantins. Dirige a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), organismo da direita fascista, e financiadora de sua campanha para o senado. O outro bandido é o deputado federal pelo DEM, Ronaldo Caiado, conhecido por ter dirigido a União Democrática Ruralista (UDR), e proprietário de quase 8 mil hectares de terras. Sobre ele pesa os inquéritos no Ministério Público de utilização de recursos fraudulentos nas eleições. Junta-se a eles, o deputado e fazendeiro Abelardo Lupion, financiado pelas multinacionais Nortox e a Monsanto. O deputado Onyx Lorenzoni, outro inimigo dos camponeses, foi eleito com o dinheiro da Gerda, Aracruz Celulose, Klabin e Nipo. O senador do PSDB, Álvaro Dias, também latifundiário e presidente da CPMI da Terras, no período de 2003 a 2005, que concluiu atribuindo às ocupações de terras como "crime hediondo". Pelo PMDB, o deputado e proprietário rural Valdir Colatto, conhecido por suas críticas à demarcação de terras indígenas.

Essa breve radiografia serve para mostrar quem serão os julgadores do movimento dos sem-terra. Nada menos que os latifundiários, sua bancada ruralista e as multinacionais, que controlam uma fatia importante do Estado brasileiro.

Para além das chuvas, capitalismo continua “castigando”

Destaca-se em 2010 o que já vem ocorrendo há décadas e intensificado-se nos últimos anos. Desastres como esses em Angra dos Reis (RJ), São Luiz do Paraitinga (SP), Agudo (RS), causados pelas fortes chuvas são cada vez mais comuns e cada vez mais se contabilizam os mortos em tais tragédias. Centenas de cidades espalhadas pelo Sudeste e Sul estão hoje identificadas como em “estado de emergência” e pelo menos uma dezena encontra-se em estado de “calamidade pública”.

Lembremos que, por exemplo, em fins de 2008 e início de 2009, o centro dos holofotes foram as cidades de Santa Catarina afetadas pelas enchentes e transbordamentos de rios; em 2008, 135 pessoas morreram em virtudes das enchentes nesse estado.

Em janeiro de 2009, contavam-se 63 cidades no Estado de SC em “estado de emergência” e pelo menos 16 com mortes confirmadas. Também no começo de 2009, cerca de 30 cidades em Minas Gerais encontravam-se em igual situação e pelo menos 30 mortos em decorrência das chuvas apareciam nas estatísticas oficiais de fevereiro.

Em maio de 2009, mudando de região, as chuvas atingiram as regiões Norte e Nordeste. Conforme dados da Sedec (Secretaria Nacional de Defesa Civil), divulgados pela Folha, aproximadamente 797 mil pessoas nas regiões Norte, Nordeste e Santa Catarina foram atingidas de alguma forma pelos desastres causados pelas chuvas. Afirmava-se no início do referido mês haver quase 40 mortos nas regiões.

Causas naturais ou “nem tanto assim”

Como nos anos anteriores, as explicações geográficas, geológicas, meteorológicas, sociológicas, econômicas, políticas, etc., multiplicam-se. Vendem-se jornais e as notícias e coberturas especiais focam o choro e as perdas. Imagens das vítimas criam um clima de desespero e tragédia que visa a sensibilizar e arrastar a população para o campo do emocional e da ajuda “humanitária”. Mobilizações em torno das campanhas

de ajuda aos desabrigados, desalojados, vitimados acendem o espírito de solidariedade da mídia burguesa.

Em 2008, a grande “tragédia” de Santa Catarina estampou nos jornais o ritmo acelerado e desorganizado das ocupações humanas e o conjunto de fatores “naturais” coincidentes que explicariam os deslizamentos de terra, os transbordamentos de rios, as enchentes sem precedentes na história.

Em 2010, na cidade de São Paulo, depois de bairros alagados, mortes e caos nas principais avenidas, novas explicações recaem sobre as mesmas causas: um pouco de fatores naturais, um pouco de intervenção humana e o caldeirão das tragédias transborda. Por trás da semântica das explicações, a conclusão é sempre a mesma: no fim, mais mortes são “contabilizadas” e menos o “homem” consegue controlar a fúria da natureza (metamorfoseada em um deus terrível e imprevisível).

Da parte humana, culpam-se os trabalhadores e a população pobre, miserável, que vive nas encostas, nas margens dos rios e córregos, que vivem apinhadas nas favelas, cortiços e escondidas dos centros urbanos. Da parte “natural”, antropomorfizam o “aquecimento global”, espantam-se com o movimento dos ventos e personificam as chuvas, que “castigam” as cidades.

A visão dominante sobre esses fenômenos, em vez de expressar necessidade de alterar a relação com a natureza e buscar compreender as verdadeiras razões dos desastres, expressa a defesa do modo de produção capitalista e das relações sociais que preservam a destruição do ser humano e da planeta. Mesmo a visão mais progressista, ligada a certos movimentos ecológicos, não ultrapassa o senso dominante, culpando abstratamente “o homem” e sua “ciência”.

Conjuntamente, os governos; estruturalmente, o capitalismo

O terremoto no Haiti nos ensina algo: a população miserável de um país também miserável, de capitalismo atrasado e dependente, é força produtiva inútil para o capitalismo e pode mor-

rer às dezenas de milhares. Ficou claro que o movimento das placas tectônicas não foi o causador, em última instância, da tragédia que hoje assola o país, mas sim a pobreza. No Japão, centenas de terremotos ocorrem todos os anos, sem que vitime a população como no Haiti. Trata-se do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Os governos burgueses de cada país atuam sobre essa infraestrutura. O governo japonês, imperialista, dotado das mais eficazes e ricas tecnologias do planeta, “protege” sua população, mantendo a classe operária japonesa bem como a burguesia a salvo dos desastres “naturais”. No Haiti, o governo inexistente, como afirmou um trabalhador haitiano à televisão, hoje já seria possível trocar a bandeira do Haiti pela dos EUA, acabando de uma vez por todas com a farsa de nação independente.

Os governos municipais, estaduais e federal atuam também sobre a infra-estrutura de país semicolonial, atrasado, no caso do Brasil. Mesmo nas cidades mais ricas como São Paulo e Rio de Janeiro, a pobreza aparece como o fator preponderante no que diz respeito aos desastres. Os grandes centros urbanos que recebem os maiores contingentes de trabalhadores manifestam o desenvolvimento desigual do capitalismo. Nessas cidades, bairros periféricos reúnem centenas de milhares até milhões de trabalhadores e suas famílias. São força de trabalho que vive em condições próximas ou até piores do que daqueles operários ingleses do começo do século XIX, descritos por Engels em “A situação da classe trabalhadora em Inglaterra”. Ao mesmo tempo, é nas grandes cidades que aparecem os luxuosos e planejados bairros da burguesia. Nas mansões, nos ricos apartamentos, nada de tristeza ou tragédias. As ruas são arborizadas e cercadas de vigias e seguranças particulares. Enquanto nas favelas e nos cortiços de São Miguel Paulista (bairro da capital paulista) amontoam-se milhares de famílias, no Jardim Paulista ou no Morumbi (também da capital) algumas dezenas de burgueses especulam no campo imobiliário, elevando a milhões

o preço de suas “moradias”.

Nesse contexto, cada representante do Estado burguês assume um papel de expectador, ora passivo ora cínico. Em São Paulo, o prefeito Kassab, ao visitar bairros alagados, foi vaiado pela população vitimada pelas enchentes. No Rio de Janeiro, o governador Cabral reduziu o orçamento de 2010 contra as enchentes em 30% (apesar dos quase 80 mortos desse ano): de 30 milhões previstos em 2009, apenas 21 milhões constam no orçamento de 2010 da pasta de “Gestão de Recursos Hídricos e Controle de Inundações”. O governo do Rio Grande do Sul pede ajuda do governo federal, pois calcula-se o prejuízo com a destruição de pontes e estradas em mais de 3 bilhões de reais. Prefeitos das pequenas cidades no Sul e Sudeste esperam simplesmente ajuda externa, pois não têm o que fazer diante dos enormes estragos. Lula, o representante máximo do Estado capitalista, afirmou simplesmente que a culpa é dos municípios que permitem que as pessoas construam suas casas onde podem ocorrer os deslizamentos.

Como se vê, os governantes são impotentes para solucionar as causas dos desastres e precisam se prostrar diante deles como “tragédias naturais”. Evitá-los significaria desenvolver as ci-

dades e o país de forma a ir contra ao desenvolvimento desigual do capitalismo, impedir que algumas regiões criassem ilhas de riqueza em torno de um mar de pobreza e subdesenvolvimento. Isto é, os governos burgueses teriam que agir como governos não-burgueses, o que é impossível. Só a população que sofre e, em particular, a classe operária que pode dar uma solução para o problema da habitação e para os desequilíbrios na relação do ser humano com a natureza, a partir da revolução social.

A luta vence a tragédia

A mídia burguesa continuará insistindo na teatralização dos acontecimentos. Seu papel é esse. Os governos continuarão remediando os problemas mais graves com medidas paliativas de curto prazo. O capitalismo continuará castigando o planeta e a população com os mecanismos de desenvolvimento desigual e contenção das forças produtivas intelectuais e humanas. Somente a luta contra os governos e contra o capitalismo permitirá responder às mortes e aos desastres.

A população das grandes cidades, como São Paulo, mostraram o caminho da luta ao se enfrentarem, em situações de revolta coletiva, com a polícia e

com os políticos. Os fechamentos de ruas e rodovias evidenciam a revolta popular, no entanto ainda não são suficientes, é preciso que os trabalhadores dos bairros atingidos por enchentes, deslizamentos, transbordamentos de rios e córregos ergam algumas bandeiras e reivindicações para potencializar suas mobilizações. Defendemos algumas consignas essenciais para a luta: **imediate entrega de moradias para os desabrigados; utilização de todos imóveis vazios para abrigar os atingidos pelas enchentes (inclusive os imóveis dos bairros luxuosos das cidades); que os governos reponham todas as perdas materiais das famílias; rejeitar as esmolas das prefeituras.**

Através dessas bandeiras e dos métodos da ação direta, de organização pelos bairros é possível minimizar os estragos e as perdas. Através da luta coletiva, é possível elevar todos os trabalhadores para a tarefa de derrubar os governos burgueses e seu sistema econômico, o capitalismo. Só a Revolução Socialista começará verdadeiramente a alterar a relação do homem com a natureza e permitirá a criação de novas relações sociais baseadas no desenvolvimento harmônico de todas as regiões do país e do globo.

Ocupação da EE Eckel Tavares no Parque Paulistano/Chácara 3 meninas

Na semana passada, as águas tomaram as casas numa altura de um metro e meio. Muitos moradores mal tinham se recuperado da primeira enchente ocorrida em dezembro. Alguns conseguiram substituir seus pertences destruídos. Mas a maioria está sobrevivendo com o pouco que tem, mesmo contaminado pela água podre do rio. Nesta enchente foram obrigados a abandonar suas casas durante a madrugada. Em muitas, o rio agora faz parte da casa ou do quintal. As famílias desesperadas foram obrigadas a ocupar o primeiro local que viram que não estava alagado. Ocuparam a escola Eckel Tavares, na avenida principal de S. Miguel que ia ser inaugurada daqui alguns meses.

No dia seguinte, mais famílias foram chegando. À noite, foram feitas algumas discussões e organizadas manifestações para o dia seguinte. A primeira manifestação se deparou com a polícia. Não se intimidou, mas o coronel conseguiu negociar a saída da metade dos manifestantes mediante a vinda do subprefeito horas depois. A chegada do subprefeito e da defesa civil trouxe também mais moradores do bairro que vieram acompanhar o debate. Foi mantido o alojamento improvisado na escola. Foram acrescentados colchonetes, roupas e comida. Foi falado que as

famílias não aceitariam a esmola do bolsa aluguel, e que a necessidade é de ter casa para todos os desabrigados. O subprefeito garantiu apenas o que lhe compete. Com relação à moradia, disse que iria tentar marcar uma audiência com Kassab, mas avisou que isso demoraria. Foi dado um prazo de 12 horas para ele resolver. Até hoje ele não retornou. Isso porque mantém contato telefônico diário com uma liderança reformista/ assistencialista. Por enquanto os pedidos assistencialistas têm sido atendidos, como a vinda de médicos na escola etc.

Isso terá um fim breve, pois o governo exigirá a escola para a volta as aulas.

Os moradores já estão se deslocando do reformismo e discutindo uma nova ocupação, como forma de conseguir moradia.

**Jd Romano, Vila Aymoré, Itaquaquetuba, Jd Pantanal
Unidade dos movimentos para lutar por: moradia a todos e rejeição ao bolsa aluguel
É necessária uma política de classe**

São históricas as lutas no Pantanal contra o Parque Linear. Agora em todos os bairros está havendo protestos contra

as enchentes. O movimento da V. Aymoré ocupou a subprefeitura no dia 28 e entregou uma pauta de reivindicações. O subprefeito ficou de responder no dia 01, porém até hoje não apareceu.

Cada movimento tem cobrado a sua subprefeitura, e ela não garante nada, além do básico obrigatório, como alimentos, roupas etc. Todos os bairros estão debaixo das águas há 2 meses. As enchentes estão fazendo os moradores cobrarem as lideranças dos bairros. A maioria delas é petista, ligada à assessoria de deputados ou vereadores. Algumas são estalinistas. Outras são da Igreja e PSOL. Poucas são da direita. Foram feitas algumas reuniões com o bloco mais à esquerda e foi aprovada uma primeira medida de unidade, à ida à prefeitura. Inicialmente as lideranças tinham pensado em ir direto ao Palácio dos Bandeirantes. Claro que o objetivo era eleitoral. Mas os fatos mostraram ser necessário cobrar primeiro o prefeito e depois o governo do Estado. As condições têm obrigado os movimentos a se

unificarem. As enchentes têm ocorrido em toda parte, em todas as regiões, o que facilitará novos movimentos e mais abrangentes.

O movimento ainda está no nível de cobrança aos governos. Por enquanto, não há disputas aparelhistas, que é um elemento nocivo. O movimento defende as bandeiras: casa por outra casa.; Limpeza do rio Tietê; Abertura das comportas do rio; Comissão de negociação. A bandeira de Rejeição a bolsa aluguel não é unânime. Justamente porque existe um setor petista que defende a “legalização da área de risco”, e bolsas alugueis. Mostra o quão estão submissos a política burguesa.

Os governos não pretendem atender a reivindicação da “moradia para todos” ou “casa por outra casa”. Para haver unidade e luta por essa proposta é preciso aprofundar e desenvolver uma política de classe. A bandeira de ocupar para morar defendida pelos militantes poristas, se viabilizada, conduzirá o movimento nesse caminho.

Responder com luta ao flagelo das enchentes

Que nenhuma família fique desabrigada. Que os pertences destruídos sejam repostos. Que os imóveis vazios sejam entregues aos que não têm onde morar. Rejeitar a esmola dos R\$300,00.

A situação calamitosa da população que tem suas casas tomadas pelas águas exige uma ação unitária para impor ao governo uma resposta imediata de proteção às famílias.

Os milhares de desabrigados são trabalhadores pobres. Os bairros e favelas atingidos aglomeram milhares e milhares de operários, camelôs, domésticas, desempregados e uma multidão que vive do subemprego.

As moradias são frágeis. Os riscos das encostas atormentam constantemente a vida dos moradores. O amontoado de casas e casebres indica a alta concentração populacional dos pobres e dos oprimidos. As enchentes que destroem o pouco que têm os pobres em suas casas e que desabrigam famílias inteiras, com velhos, crianças e doentes não são obras do acaso. A ausência de esgotos, bueiros e toda sorte de infra-estrutura expõe o abandono desses bairros e favelas por parte dos governantes.

Dos quase 20 milhões de habitantes da Grande São Paulo, a imensa maioria vive em condições subhumanas. As precárias habitações, o ajuntamento e a escalada de morros retratam os baixos salários, o salário mínimo de fome, as aposentadorias miseráveis e o desemprego em massa.

Catástrofe como a que estamos vi-

vendo nos faz ver o quanto o capitalismo sacrifica aqueles que produzem a riqueza. O luxo dos bairros burgueses e de classe média alta contrasta com a dura realidade habitacional da maioria. A opulência da grande propriedade dos meios de produção e o farto comércio se chocam com a vasta pobreza e miséria das massas trabalhadoras. As enchentes não devastam os bairros ricos que estão protegidos pelas portentosas edificações e pelas constantes benfeitorias do governo.

Diante da tragédia da população, os governantes oferecem a esmola da bolsa moradia de R\$ 300,00. Dizem às famílias desabrigadas que se virem com essa esmola. Para os ricos, os cofres do Estado estão abertos. Para os pobres, nada!

Está aí por que a resposta das massas sofridas tem de ser de luta e de união contra o governo e os exploradores do povo. Mães e pais de família se desesperam diante das irremediáveis perdas. Não encontram uma organização operária e popular para se levantar unidos exigindo do governo que lhes entregue imediatamente as moradias, que coloque à disposição dos desabrigados os imóveis vazios, que reponha as perdas e lhes garanta a subsistência. Lágrimas e lamentos não conduzem à luta. Lágrimas e lamentos são de impotência. Mas

os explorados têm força social se superarem o drama individual e encarnarem como drama coletivo provocado pela sociedade de exploração do trabalho.

É tarefa dos sindicatos, associações e outras organizações dos oprimidos convocarem assembleias populares e constituírem um comando unificado dos bairros e favelas. As manifestações e os bloqueios de ruas são respostas coletivas que devem se generalizar por toda a parte. Somente assim os governos ouvirão as exigências dos explorados.

O Partido Operário Revolucionário (POR) convoca os sindicatos a cumprir o seu dever. Coloca-se por organizar a resistência dos desabrigados. Exige do governo:

- 1. imediata entrega de moradias para os desabrigados;**
- 2. utilização de todos os imóveis vazios para abrigar os atingidos pelas enchentes;**
- 3. reposição de todas as perdas;**
- 4. garantia de sobrevivência a todos os familiares**

Trabalhadores, aposentados, pais de família e juventude vamos nos levantar coletivamente em defesa de nossas vidas!

Façamos um grande movimento cobrando os governos!

Dengue continua matando os pobres de Rondônia

No ano de 2009, segundo as estatísticas oficiais, foram aproximadamente 23 mil pessoas atingidas pela dengue no estado. O ano encerrou com hospitais e postos de saúde lotados. O setor de epidemiologia da Secretaria de Saúde informa que a cada mês dobram os casos. O fato é que a doença espalha por todos os bairros pobres.

Na capital, a situação é mais dramática. A população aumentou com a construção das usinas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau e a contratação de profissionais da saúde e construção de hospitais não acompanharam o crescimento populacional. Basta lembrar que num dia um só médico atende cerca de 100 a 120 pacientes, a maioria com suspeita de dengue. Recebe um salário-base de apenas R\$ 690,00 e é obrigado a triplicar a jornada (aumentar a produtividade) para obter R\$ 3.000,00 de salário. Se ficar de férias, perde a produtividade e recebe apenas o salário base.

No ano passado, o Comitê de Combate à Dengue informou que o município de Jaru liderou as estatísticas com 2.633 casos dos 22.138 de todo estado, contabilizando 15 mortes. Este ano, até o dia 22 de janeiro, já eram mais de 2 mil casos, sendo 500 na capital. O avanço da doença chegou a tal ponto que o Comitê de Combate à Dengue recorreu ao exército e aos alunos de formação do corpo de bombeiros, para ajudar na campanha dos mutirões. Certamente, não será esse o caminho de combate e eliminação da dengue. A população terá de se auto-organizar para impor ao Estado a reivindicação de saúde pública e de melhoria das condições de vida dos explorados.

Grandes empresas utilizam trabalho escravo

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou, no final de janeiro, os dados oficiais sobre a existência de mão de obra escrava. Certamente, os números são maiores, mas o fundamental está em que a Cosan e mais 11 capitalistas foram incluídos na "lista suja" do trabalho escravo. Portanto, são empresas e latifundiários que se valem da escravidão.

A Cosan é uma das maiores empresas sucroalcooleira, proprietária da rede de postos Esso e fabricante do açúcar União e da Da Barra. Constam também nessa lista, a empresa Laticínio Vitória do Xingu, em Altamira, Pará; o pecuarista Francisco Antelius, que dirigiu o Departamento de Infra-Estrutura em Transportes de Tocantins, dono de milhares de cabeças de gado e cavalos de raça; Carlos Luiz Santos, proprietário de carvoaria no Pará e o produtor de café, dono da fazenda Córrego Caratinga (MG). No certo, os empresários e latifundiários recorrerão judicialmente das multas para continuarem recebendo subsídios do Estado.

Comprovou-se que 3.571 trabalhadores viviam, em 2009, na condição de escravos não só nas lavouras de cana e carvoarias, mas também em empresas agroindustriais. São trabalhadores sem registro formal, vin-

culados a um atravessador (gato) que "arruma" o emprego e os mantém presos às passagens, alimentação e outros artifícios (servidão por dívida). Trata-se de velhos instrumentos de aliciamento de mão de obra muito usados na época do plantio do café. Depois de capturados, os trabalhadores são submetidos às bárbaras condições de vida, desde falta de água potável, refeitórios e até a existência de gaiolas como alojamentos. Diz a pesquisa que no governo Lula foram retirados da escravidão 30 mil trabalhadores.

Lula ameaça os empregadores de trabalhador-escravo com bloqueios de dois anos de financiamentos públicos, recursos do BNDES, Caixa Econômica etc. Mas tudo não passa de ameaças, porque os capitalistas têm outros meios para arrancar vantagens. A própria fiscalização do MTE não diz toda verdade dos fatos. E quando ameaça um punhado de burguês, os fiscais são assassinados. Basta lembrar a chacina de Unai, ocorrida em 2004, quando 4 funcionários do Ministério foram assassinados em Minas Gerais, a mando dos fazendeiros Norberto e Antério Mânica. Todos estão livres de punição até hoje pelos órgãos do governo Lula.

A classe operária, os camponeses e a juventude oprimida devem tomar em suas

Por um único sistema de saúde, público e estatal

Desde o início da construção das usinas de Santo Antonio e Jirau, as obras financiadas pelo PAC do governo Lula vêm se implantando em Porto Velho, aumentando os buracos por todos os lados da cidade. É evidente que os problemas mais dramáticos estão nas periferias, onde os buracos aumentaram ainda mais com o impacto das chuvas pelo fato de não ter asfalto.

Juntamente com as crateras abertas, o governo está escavando as ruas para impor os relógios de cobrança pela companhia de abastecimento de água (Cers/RO), medida para proibir a população de usar seus poços de água. Os buracos abertos facilitam os criadouros de dengue.

Os governantes querem responsabilizar a população miserável dos bairros pelo avanço da doença. Dizem que não cuidam do lixo, que mantêm água represada, que não se importam com a higiene e outras barbaridades. O que não dizem é que a dengue, a malária, a febre amarela e outras doenças são causadas pelo descaso dos órgãos públicos, que esbajam dinheiro com falcaturas e toda sorte de corrupção.

Os trabalhadores, os camponeses e a juventude oprimida devem exigir do governo mais hospitais e mais profissionais da saúde. Que o sistema de saúde privado seja estatizado, sob o controle dos trabalhadores, para que todos tenham condições de atendimento e internação.

Por um sistema único, público e estatal, deve ser a reivindicação dos explorados do campo e da cidade.

mãos a tarefa de erradicar o trabalho escravo. Será por meio da luta pelo emprego, salário e direitos e contra o sistema capitalista que as massas exploradas se levantarão para pôr fim a essa chaga criada pelos colonizadores e mantida pelo capitalismo putrefato. A erradicação do trabalho escravo é parte da erradicação de toda forma de exploração e opressão capitalistas. As terras em mãos dos grandes proprietários devem ser expropriadas, sem indenização, nacionalizadas e colocadas sob o controle das massas camponesas. Está aí por que é necessário unir os camponeses em torno do proletariado, cujo programa agrário é constitutivo da revolução proletária.

Os reformistas, em particular o PSOL, acreditam que será por meio da aprovação da PEC 438, que determina a expropriação de latifúndios e empresas que usam a escravidão. Dizemos que no Congresso Nacional quem manda são os capitalistas, entre eles a sua bancada ruralista. Daí sua impotência para aprovar leis em favor do trabalhador.

As punições aos assassinos e aos que usam assalariados como escravos só podem vir das organizações dos explorados. Está aí por que defendemos os Tribunais Populares, constituídos na luta contra a barbárie imposta pela burguesia.

Governo golpeia os professores

Dia 15 de janeiro, ainda em período de férias, mais de cinco mil professores compareceram à frente da Secretaria Estadual de Educação de SP num ato contra o processo seletivo de fim de ano. Pela expressiva participação, a direção da APEOESP foi obrigada a transformar o ato em assembleia.

A presidenta do Sindicato, a pelega-mor da Articulação, começou seu discurso felicitando os professores pela vitória que a direção havia “conquistado” do governo estadual: primeiro, a prova não seria mais eliminatória (com nota de corte), mas classificatória, portanto, todos estariam aptos a pegar aulas, desde que respeitada a ordem das listas das diretorias; segundo, todos os professores que perderam as provas e tem como justificar a ausência também serão classificados, no entanto somente com a pontuação relativa ao tempo de serviço no magistério; terceiro, as aulas de Educação de Jovens e Adultos não serão atribuídas por áreas de conhecimento, mas por disciplinas, como tradicionalmente ocorria.

Após o informe da burocrata, as diversas correntes políticas se colocaram em relação à “vitória” alcançada. Foi quase unânime por parte da diretoria, a visão de que a “vitória” era um grande passo e que, no futuro, em março talvez, deveria começar a se discutir a greve na categoria para defender aumento salarial, plano de carreira e, se desse, o fim da lei 1093 que instituiu o processo seletivo para os contratados. Essa posição, por exemplo, foi compartilhada pela FOS e pelo PSOL. Deram mais ênfase à “vitória” atual do que à construção da greve que seria discutida apenas em março.

O PSTU, por sua vez, pretendeu fazer uma ligação entre a “vitória” atual e a necessidade de organizar o movimento para garantir reajuste salarial e lutar pelo fim da lei 1093. Entretanto, essa e as outras correntes citadas se colocaram do lado da burocracia ao defender nova assembleia somente se o governo não assinar o acordo já proposto, embora todas elas também defenderam em palavras uma possível greve para o início das aulas. Não obstante, todas essas correntes de oposição que compõem a diretoria não se contrapuseram às ma-

nobras da burocracia quanto às votações e não se preocuparam em defender e votar os mecanismos que tornariam uma greve possível já para fevereiro.

Defendemos, com outras correntes oposicionistas minoritárias, que os professores estavam na praça em assembleia para lutarem contra o processo seletivo e não para legitimá-lo, que era preciso lutar para derrubar a prova e derrubar a lei que a permitiu e que isso só era possível através do movimento de greve. Sem a greve, que deveria ser preparada já nas primeiras semanas de atribuição de aulas, uma parcela dos professores seria demitida, não só por causa da prova “classificatória”, mas pelo fechamento de salas, escolas, pela superlotação das turmas, etc. Era preciso, portanto, lutar imediatamente pela anulação da prova, defendendo estabilidade a todos os professores e reajuste imediato de salários.

Pelo impasse colocado e pela disposição de luta da maior parte dos professores presentes, a burocracia foi obrigada a votar as duas posições: aceitar a proposta do governo, expressa naqueles três pontos, ou manter a luta pela anulação da prova. A votação foi dividida e embora não se tivesse certeza do resultado, a pelega dirigente afirmou ter sido vitoriosa a primeira proposta. O fato é que a direção sindical manobrou para confundir os professores, opondo os interesses de parcelas em relação aos interesses gerais da categoria.

Foi votado também a data da próxima assembleia, defendemos que fosse ainda em janeiro e a burocracia jogou para dia 29, desde que o “governo não cumpra sua parte”. O governo ganhou tempo e desconsiderou as lamentações da burocracia da Apeoesp. Enquanto isso, a diretoria cancelou a assembleia do dia 29 e convocou uma reunião técnica para explicar a resolução de atribuição de aulas. Mas a reunião se transformou numa plenária de protesto contra o acordo da suposta classificação de todos os professores. Diante da pressão, a burocracia foi obrigada a aceitar a convocação de nova manifestação no dia 5 de fevereiro.

A anulação da prova e a defesa da estabilidade a todos os professores cons-

tituem o ponto central. A experiência mostrou que entrar no mérito da prova enfraquece a luta coletiva e só ajuda o governo. As correntes de oposição que consideram um avanço a tal classificação caíram no conto do vigário e acabaram fazendo o discurso da burocracia do que é menos ruim para os professores. Nesse campo, vence o governo que necessita legitimar a prova de seleção para os Ofas.

Governo lava as mãos com a água da burocracia

O governo de Serra estava diante de um impasse: apenas 30% dos mais de 200 mil professores inscritos no processo seletivo conseguiram alcançar a nota de corte (de 50% da prova). Como iniciar o ano com cerca de 60 mil, se as escolas estaduais necessitam em torno de 110 mil professores contratados? O governo seria o responsável pelo caos ao longo do ano. Ao mesmo tempo, a proposta inicial de afastar os chamados “estáveis” da sala de aula, que não tivessem passado na prova também se mostrou inviável: não havia escola suficiente para colocar tantos professores. A necessidade de legitimar a demissão dos professores, através de uma prova super difícil e trabalhosa, levaria também aos caos na Educação Estadual. O governo “pesou” na dose e se viu num beco sem saída: ter de negar a lei criada por ele contra a luta dos professores ou ser coerente com ela e pagar pelas consequências.

A direção sindical colaboracionista entrou em cena e auxiliou o governo nessa delicada situação. Apoiados em alguns problemas que ocorreram na realização das provas, a burocracia negociou com o governo certas alterações no processo seletivo, mas salvaguardando a nota da prova, legitimando-a. Com isso, enganou a parcela dos professores que acreditavam já estar fora da atribuição de aulas do ano de 2010 e fez média com a parcela que conseguiu a nota mínima para ser aprovada. Atuou, no fundo, contra toda a categoria.

Os que não fizeram a prova ou foram muito mal estarão no final da lista de classificação e, como em todo ano,

NÃO pegarão aulas, tendo de trabalhar como professores substitutos, eventuais, ou seja, desempregados que fazem bico. Outra parcela melhor classificada enfrentará os problemas de sempre e estará em duas, três, quatro escolas, com aulas “picadas” e subempregada. Nada mudou a não ser que, com a manutenção da prova e do processo seletivo, uma parcela considerável de professores com 10, 15, até 20 anos de carreira no magistério estadual, a qual sempre pegou aulas, ficará no final da lista e será desempregada, sendo substituída por professores tidos como aprovados. Para o governo, diminuição de gastos; para os professores, divisão da categoria e demissão. A burocracia comemora a “vitória”.

Erguer a luta, retomar o movimento grevista

2005, 2007 e 2008 foram anos de intensa luta contra a ofensiva do governo que visava precarizar as condições de trabalho do magistério e atacar

os direitos dos professores contratados. Ano após ano a luta de setores importantes conseguiu barrar temporariamente a ofensiva. Com o tempo, o governo, em vez de se enfraquecer, se fortaleceu, aperfeiçoando os mecanismos de repressão e de contenção do movimento. Contou para isso com a burocracia sindical: os petistas e pecebobistas à frente da máquina sindical utilizaram de todo aparato para quebrar movimento após movimento. Parte da Oposição também colaborou com tal burocracia, em particular, o PSOL e mesmo o PSTU. A vacilação por parte dessa oposição em aprovar a greve em diferentes momentos permitiu que a burocracia agisse livremente para colaborar com o governo. Este, sabendo da força de massa do movimento foi cercando o terreno, ganhando legitimidade junto à população e criando respaldo jurídico-legal.

Um problema central que ainda temos de enfrentar esse ano é o da defesa dos métodos da ação direta. Amplos setores ainda acreditam na negociação

com o governo através do “diálogo” e através da intermediação da Justiça. Esses setores não compreendem o papel violento que joga o Estado contra a vida dos trabalhadores. Não perceberam a política que está por detrás das medidas isoladas.

A força para se conquistar reajuste salarial, estabilidade para todos, plano de carreiras compatível com nossas necessidades, melhores condições de trabalho, etc., somente se manifesta na luta de massa. São as manifestações de rua, os atos, as passeatas pelas grandes avenidas, as assembleias massivas e a própria greve que permitem enfrentar o governo. Contra a violência criada através de leis e da força policial do aparato estatal devemos opor a violência da organização coletiva dos trabalhadores. Só assim 2010 será um ano de vitórias verdadeiras, só assim o magistério estadual defenderá o emprego, o salário e a educação pública.

Lutar pelo fim da exclusão da maioria da universidade

Dezenas de milhares de estudantes ingressam neste mês nas universidades públicas e privadas. São recebidos com congratulações e festividades. A conquista da vaga na universidade é tratada como um privilégio que se alcança pelo esforço individual e pelo mérito. O ingresso é comemorado como uma vitória pessoal, que abre as portas de um mundo novo, que lhe facilitará emprego e vida melhor.

Mas tudo isso não passa de uma grande farsa. O que ocorre de fato é a exclusão da maioria da juventude a um direito democrático elementar: o do acesso ao ensino em todos os níveis. O vestibular é um instrumento que serve para excluir a maioria desse direito. Cria um imenso mercado para as escolas privadas, que ficam com 70% dos estudantes. Favorece outro rico mercado, que é o dos cursinhos preparatórios. Sem falar do mercado editorial e do ensino privado médio. Por isso, o vestibular deve ser combatido sem tréguas pelos estudantes.

Coloca-se a defesa do ensino público e gratuito a todos como uma bandeira de unidade de toda a juventude. Essa bandeira permite unir estudantes universitários àqueles excluídos pelo vestibular numa reivindicação comum. Para alcançá-la, é preciso combater o ensino privado (aquele que quem pode paga, quem não pode não estuda) e avançar a unidade com os explorados na luta pelo socialismo.

O ensino privado é contraditório com a universalização do ensino e seu crescimento depende da destruição do ensino público. Não é possível defender o ensino público para todos de forma consequente sem defender juntamente com isso o fim do ensino privado, ou seja, a estatização sem indenização de toda a rede privada de ensino e o seu controle pelos que trabalham e estudam.

O acesso a todos também já não será mais possível sob o capitalismo historicamente decadente e que necessita para sobreviver de tornar os serviços sociais públicos em fonte artificial de valorização do capital. É preciso arrancar a educação do controle da burguesia decadente e colocá-la nas mãos dos explorados. Isso só será possível como parte da revolução socialista, por isso o movimento estudantil, para ser consequente, tem de defender o socialismo como estratégia e se aliar à classe revolucionária que será capaz de realizar a transformação da sociedade: o proletariado.

Passado o vestibular, o futuro é certo?

Um outro grande engano é que a maior batalha dos estudantes é o ingresso da universidade. O fato é que a vida escolar de cada estudante terá de enfrentar uma série de obstáculos que lhe são impostos desde cima.

Os estudantes nas universidades públicas têm de se deparar com as medidas governamentais que sucateiam e privatizam o ensino. A falta de professores e funcionários, superlotação de salas de aula, falta de livros e estrutura laboratorial, custo dos xerox e da alimentação e transporte, falta de moradia e bolsas alimentação e de iniciação científica, falta de vagas nas disciplinas necessárias à formação, reformas curriculares voltadas à adaptação dos cursos ao sucateamento. Além disso tudo, ainda há a repressão sobre o movimento dos que estudam e trabalham, a elitização e a privatização do ensino e pesquisa.

Todos esses elementos exercem pressão pela exclusão dos estudantes da universidade, principalmente os estudantes trabalhadores. Depois da aprovação nos vestibulares, muitos não conseguem seguir adiante, seja porque moram longe e não há

moradia ou transporte, seja porque chegam em cima da hora e nem conseguem entrar em salas superlotadas, seja porque não têm dinheiro para as xerox, livros ou alimentação, seja porque o curso se prolonga (pela falta de vagas nas disciplinas) e se torna inviável sua conclusão.

Ou os estudantes se unem enquanto movimento para enfrentar esses obstáculos, com a luta contra a burocracia universitária que dirige autoritariamente a universidade, e contra os governos que impõem o sucateamento e privatização, ou será bem difícil concluir seus cursos.

Mais um duro ataque: ensino a distância

O ensino a distância é resultado da decomposição do capitalismo. Não se trata da aplicação de novas tecnologias à educação, como se apregoa. A essência do ensino a distância é a individualização do ensino, maior distanciamento entre estudante e objeto de estudo, nenhuma interação, maior repetição, decoração, enfim, imbecilização. A educação sob o capitalismo já tem como mal crônico a separação entre teoria e prática, que vem dessa separação na produção social, e o controle pelo Estado burguês do ensino, através do qual a classe dominante controla todos os aspectos da vida escolar: divisão em disciplinas, seriação, currículos, programas, duração do ano escolar etc. O ensino a distância é a destruição do ensino presencial, um salto na destruição do ensino em geral. Serve como meio de criar mercado a setores capitalistas que venderão as mídias e pacotes aos governos, que, por sua vez, economizarão recursos com menos professores e estrutura. Não tem nada a ver com a democratização do ensino, que dependeria de levar a universidade a todos, com a estrutura necessária para isso.

O movimento estudantil tem a tarefa de combater duramente o ensino a distância e defender o ensino presencial como parte da defesa do ensino público e gratuito a todos.

A repressão aumenta

Há um aumento da repressão aos movimentos em geral. Os movimentos dos que estudam e trabalham na universidade também sofrem com as demissões, processos administrativos e criminais contra os lutadores.

A repressão é uma forma de intimidação dos dirigentes da

universidade e dos governos contra os movimentos. É uma tentativa de amedrontamento da maioria, usando para isso o ataque às lideranças. Não devemos ver a luta contra a repressão como mera solidariedade aos atacados, mas como parte da luta pelas reivindicações de todos. É por causa dessa luta que as lideranças são atacadas. Somente com a força da mobilização será possível derrotar os dirigentes da universidade, a burguesia e seus governos e conquistar as reivindicações.

A crise do movimento estudantil

Temos assistido o crescimento de grupos direitistas entre os estudantes, que passam a agir de forma mais aberta e organizada, enquanto os movimentos de luta parecem retroceder. A vitória da direita nas eleições do DCE da Federal do Rio Grande do Sul e sua quase vitória na USP são indícios disso. A falta de uma direção revolucionária e o predomínio do reformismo e centrismo nas direções das organizações estudantis é parte desse problema. As correntes que têm como estratégia a conciliação com a burocracia universitária e se assentam no aparato das organizações buscam atenuar seu discurso e sua prática para não perder votos e para evitar o choque com os setores conservadores dos estudantes. Com isso, abrem o caminho para o crescimento da direita. Por fora da universidade, o crescimento da classe média impulsionado pelo consumismo cria um terreno fértil para o desenvolvimento do individualismo e das ideologias conservadoras. No interior da universidade, é preciso combater essas tendências com a força da mobilização, da ação coletiva. A luta leva ao conflito de interesses, que é inevitável, e pelo qual o movimento tem de passar.

As organizações gerais dos estudantes só serão instrumentos de luta e servirão para avançar a mobilização e consciência coletiva dos estudantes se estiverem sob uma política de luta de classes, ou seja, sob uma direção revolucionária. Apáticas diante dos ataques ao ensino público e gratuito, servem somente às disputas de aparelho. Nesse quadro, a direita estudantil avança e serve de ajudante à burguesia, aos governos e à burocracia dirigente para impor suas medidas elitistas e privatistas.

É construindo uma fração revolucionária, sob uma política proletária, que os estudantes avançarão contra essas tendências retrógradas no interior do movimento estudantil.

Grande Londrina manda no judiciário

Menos de seis meses depois do último aumento na tarifa de transporte, a prefeitura decretou mais um aumento com um índice três vezes maior do que a inflação no período. O Ministério Público ingressou com um pedido de suspensão, uma vez que há duas leis federais que proíbem mais de um aumento em tarifas públicas por ano.

A prefeitura e a e a Transportes Coletivos Grande Londrina (TCGL) deram um show de cara-de-pau. Disseram que na verdade foi um único aumento em duas vezes. Contudo, o judiciário mesmo diante das evidências de fraudes nas planilhas e desrespeito a cláusulas do contrato, manteve o aumento. Há décadas que a TCGL manda e desmanda na cidade. Compra prefeitos, vereadores, candidatos e juízes.



Prefeito Barbosa Neto/ PDT em imagem deístruída nos panfletos

A campanha contra o aumento da tarifa, em 2010, está sendo realizada por uma frente de movimentos sociais e partidos de esquerda. O total alinhamento do Estado com os interesses de uma minoria de parasitas serve para fazer com que os trabalhadores percam suas ilusões no estado burguês. Esta frente defende que os trabalhadores e juventude utilizem os métodos operários, que se priorize a ação direta, sem esperar soluções do judiciário ou do parlamento.

As bandeiras de luta são: imediata suspensão do aumento. Que o transporte seja tratado como direito, não como mercadoria, devendo ser integralmente público e gratuito. Lutamos pela estatização sob o controle dos trabalhadores. Contra a demissão dos cobradores.

Luta armada no Brasil (1960-1970)

No Massas 382, iniciamos a análise crítica da luta armada no Brasil, no período de 60 a 70. A primeira grande cisão do PCB, em 1962, deu origem ao PCdoB e iniciou um processo de estilçamento do estalinismo. O PCdoB, em seguida, sofreria duas divisões: em 1966, com a formação do PCR; 1967, com a Ala Vermelha. Ambas estudadas no Massas 385. Outras cisões ocorreram no PCB: 1967, Ação Libertadora Nacional (ALN); 1968, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e 1969, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). As três organizações enveredaram pelo foquismo.

A ALN, dirigida por Carlos Marighella, se destacou pelas inúmeras ações espetaculares e por ter se organizado amplamente em nível nacional. O PCBR esteve muito aquém das operações militares, sua importância reside na tentativa de se afastar do estalinismo – em sua direção esteve Mário Alves, antigo militante do PCB responsável pela imprensa, provavelmente o mais bem preparado intelectualmente. O MR-8 se formou por um caminho tortuoso, a partir da dissidência estudantil da Guanabara, formada em 1964 com o nome de Dissidência-Guanabara (DI-GB). O MR-8 ganhou notoriedade no sequestro do embaixador dos Estados Unidos, em setembro de 1969. Ainda sobrevive corrompido na sombra do PMDB.

Os estalinistas, pródigos em acusar o “trotskismo” de divisionista, em defesa de seu monolitismo burocrático, viram-se destroçados pela política de colaboração de classe e por fraudar o marxismo-leninismo.

ALN – negação do partido e foquismo

Carlos Marighella foi destacado membro do PCB, participou da direção executiva e ocupou o lugar de importante parlamentar da bancada “comunista” na Assembléia Constituinte de 1946, logo cassada pelo governo do general Gaspar Dutra. Iniciou sua militância no PCB em 1929, no estado da Bahia, portanto passou por todas as fases de construção do partido, pela aventura militarista do levante de 1935 e toda sorte de apoio a governos burgueses. É responsável pelo desenvolvimento das teses estalinistas da revolução por etapas e pela adaptação do PCB ao nacionalismo burguês. Rompeu tardiamente com o partido para o qual dedicou toda sua vida, enfrentou dura clandestinidade e passou por inúmeras prisões.

Em agosto de 1967, rompe o boicote do PCB à Primeira Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), convocada por Fidel Castro, e vai a Cuba. Chê Guevara havia acabado de ser morto pela reação. Marighella não aceita a desautorização do partido, enviada por telegrama. Participa das atividades da Conferência e, ainda em Cuba, é expulso.

OLAS foi a gota d’água. Marighella começou a divergir da linha do PCB já em 1962. Foi se aproximando do castro-guevarismo. Atendeu ao convite do Partido Comunista Cubano com o claro objetivo de romper com o Partido Comunista Brasileiro, que pugnava por manter a orientação pacifista, legalista e eleitoralista de oposição à ditadura militar. A colaboração do PCB com o governo nacionalista de João Goulart e a ausência de resistência ao golpe militar despertaram em Marighella críticas e a conclusão de que era necessária uma virada teórica e prática.

Em 1964, resistiu à prisão, sendo baleado. O acontecido lhe serviu para escrever “Por que resisti à prisão”, cujo objetivo foi o de apresentar as primeiras críticas à posição do PCB de seguidismo à burguesia e a conseqüente orientação de obter “reformas através da pressão pacífica do movimento de massas sobre o Parlamento”. O que constituía “um caminho sob a hegemonia da burguesia nacional”.

Marighella, no entanto, não se mostrou inconseqüente, admitindo que “continua sendo exato que a aliança com a burguesia nacional é uma necessidade na conjuntura histórica brasileira”. O problema estava em que o PCB não disputou a “hegemonia com a burguesia na-

cional” lutando “para ganhar as massas na base da vigilância contra o golpe”.

A visão obscurecida pelas antigas teses do estalinismo não possibilitou ao dissidente compreender que a tal “aliança com a burguesia nacional” era uma amarra posta no pescoço dos explorados. Mesmo a rejeição à via pacífica se manifesta como um fato conjuntural e não como uma diretriz programática. No passado, era possível mediante o funcionamento da democracia burguesa, mas na presença da violenta ditadura já não se justificava. Eis a formulação: “Mas é evidente que a solução do problema brasileiro por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade, depois do emprego da violência pelos inimigos.”

O fundamental é que Marighella indica sua tendência a admitir o castrismo, perante o qual o PCB manteve equidistância: “A revolução cubana é um exemplo de que na América Latina ou, pelo menos, em muitos países latino-americanos, nada há a esperar de uma via pacífica para conquistar a independência ou o progresso social.”

Pressupondo a reação da direção do PCB, Marighella alerta que não pretende copiar a revolução cubana, mas reconhecer o acerto de Fidel Castro. Evidentemente, tal reconhecimento significava organizar a luta armada no Brasil. Não por acaso, assinala a importância do PCB se voltar ao trabalho junto ao campesinato.

Nos escritos “Por que resisti”, apenas se delineia a futura cisão. Identificamos um dissidente cauteloso, cujas críticas são pontuais e cercadas pela manutenção dos fundamentos estalinistas do programa do PCB. Chama a atenção o arraigado nacionalismo.

Um ano e meio depois da edição clandestina do “Por que resisti à prisão”, o redator acusará a direção Executiva de bloquear a circulação de idéias e de criar subterfúgio para não divulgar as publicações críticas. Na “Carta à Executiva”, de 1º de dezembro de 1966, em que se demite do cargo de direção nacional, Marighella se refere à proibição estalinista de um membro da direção expor publicamente suas discordâncias. A ruptura estava em pleno andamento.

Nesse mesmo ano, o futuro organizador da ALN escreve um documento decisivo: “A crise brasileira”. Procura demonstrar que o Brasil não poderia mais ser caracterizado como no passado, pois já era capitalista, embora no estágio de “subdesenvolvido”, conceito nacionalista que acoberta o caráter semicolonial e o caráter de economia combinada, ou seja, de coexistência de modos de produção pré-capitalista com capitalista. Mostra que as reformas de base de João Goulart era o mais longe que a burguesia poderia ter chegado, e fracassou. Assim, o dissidente pretendia reformular a caracterização de burguesia nacional progressista, sem contudo ir à raiz estalinista dessa tese.

O balanço de que “foi sob a égide do binômio nacionalismo-democracia que o proletariado pôde desempenhar um papel político, à medida que se intensificava o processo de expansão no quadro das forças produtivas” mostra as bases falsas da mudança de posição de Marighella. Ocorreu justamente o contrário. O proletariado esteve sob o jugo do nacionalismo burguês e o PCB contribuiu para subordiná-lo, ou seja, para que não tivesse um programa próprio e conquistasse a independência política.

Contraditoriamente, reconhece que houve um “largo período de colaboração de classe com as forças burguesas e que “poderia ter ocorrido o contrário, mas isso dependeria de uma aplicação correta do marxismo-leninismo à realidade brasileira. Não explica por que não houve aplicação correta. Caso o dissidente fosse até as últimas conseqüências na crítica, descobriria que o PCB não se constituiu sobre a base do marxismo-leninismo e sim sobre a do estalinismo. Marighella teria de ir até a divisão entre Stálin e Trotsky. Teria de admitir como correta a teoria da Revolução Permanente. Somente assim entenderia as deformações

estalinistas do leninismo sobre a burguesia nacional dos países semicoloniais e a negação da revolução e ditadura proletárias. Como não o faz, Marighella se limita a uma pseudo-crítica e assim falseia as posições históricas do PCB.

Não por acaso, reivindica como acerto o putsch de 1935 do PCB e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), ao mesmo tempo em que admite como justificável a via pacífica da revolução até 1964. Não é a democracia ou a ditadura militar que define o caráter violento da revolução, mas a luta de classe, a estratégia de destruição do Estado burguês e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

O documento “A crise brasileira” define o que seria o caminho violento a se perseguir: “Trata-se da revolução, da preparação da ‘insurreição armada popular’. Trata-se do caminho não pacífico, violento, até mesmo da guerra civil.” A tarefa, portanto, é definir por onde virá a “insurreição armada popular”. O camponês comparece como força motriz do levante armado: “Atuando com as forças básicas da revolução, o trabalho mais importante, aquele que tem caráter prioritário, é a ação no campo, o deslocamento das lutas para o interior do país, a conscientização do camponês”.

Marighella imaginava que a aliança operária e camponesa se constituiria levantando o campo em apoio à cidade. Está aqui presente a tese antimarxista da revolução que parte do camponês. Afinal, qual o conteúdo da “revolução brasileira”?

O Brasil era capitalista “subdesenvolvido”, o proletariado podia ganhar hegemonia, o campesinato se tornara uma força decisiva e a burguesia nacional ainda podia ser uma aliada, desde que subordinada. À frente do Estado, a ditadura expressava as forças reacionárias internas (oligarquia) e externas (imperialismo). Seria derrubada pela insurreição armada. Abrir-se-ia o caminho da revolução. Marighella modificava a posição clássica do estalinismo da revolução democrática? Não. Referindo-se à exigência do proletariado “exercer a hegemonia na revolução”, conclui: “Tal possibilidade não modificará o caráter antiimperialista e antifeudal, nacional e democrático da revolução.” O conceito de “revolução brasileira” refere-se à revolução nacional, apropriada à teoria da revolução por etapas, e também manejada pelo nacionalismo.

Marighella conserva o essencial da concepção e do programa estalinista que levou o PCB em grande parte de sua trajetória a colaborar com a burguesia nacional. Formado na escola de Stálin e preso à estrutura burocrática do partido, Marighella não poderia admitir que as tarefas democráticas do Brasil semicolonial, entre elas a independência frente ao imperialismo, se darão sob a revolução e ditadura proletárias. Somente com a revolução proletária, a classe operária será hegemônica, por seu lugar que ocupa nas relações de produção e por seu programa, no movimento revolucionário protagonizado pela maioria oprimida. Somente com esse conteúdo histórico se estabelecerá a aliança operário-camponesa.

Nos temas que a incompreensão das leis da revolução no Brasil e suas tarefas levarão Marighella a incorrer no erro da luta armada à margem do desenvolvimento do proletariado e de seu partido. A negação do marxismo-leninismo é flagrante. Confunde o colaboracionismo e a via pacífica do PCB como resultado das posições clássicas do marxismo sobre a revolução. “É a tática que busca saída moderada, teme as lutas radicais e uma solução revolucionária, para não desgostar a burguesia e manter com ela uma colaboração duradoura. A tática a que nos referimos segue religiosamente os cânones teóricos do passado, e não vê a possibilidade para o desencadeamento da revolução, a não ser quando existam as condições pré-revolucionárias clássicas.” Os “cânones do passado” são os do marxismo-leninismo que, para o dissidente, ficaram para trás. A revolução cubana trazia novos caminhos, que superavam a concepção clássica da revolução. Essa é a interpretação

que Marighella faz da revolução cubana. E se quisesse poderia usar a revolução chinesa.

Estavam dadas as condições “teóricas” para a ALN se lançar ao foquismo e rechaçar a organização partidária. No livro “Por que resisti à prisão, o autor critica o PCB por não ter realizado uma penetração consistente no seio das massas. Reconhece: “O fato é que sem trabalho profundo com as massas, sem preparação política e ideológica, sem clareza sobre os rumos dos acontecimentos, sem concentração de forças contra a reação, isto é, contra o golpe de direita e o fascismo militar, sem reforçar a vigilância de classe e estimular o espírito revolucionário, torna-se difícil, torna-se mesmo impossível a ação revolucionária ou a revolução.” À primeira vista, parece que a crítica ao PCB expressa o marxismo-leninismo. O objetivo da constatação era o de denunciar a rendição do PCB à burguesia e sua incapacidade de preparar as massas para enfrentar o golpe militar. Mas a virada de Marighella para a luta armada, sob inspiração castro-guevarista e de certa forma maoísta, implicou abandonar uma das condições essenciais da revolução que é o “trabalho profundo com as massas”. Substituiu o partido por uma organização militarista, a ALN, e o trabalho de organização do proletariado por um esquema abstrato de “guerrilha persistente e prolongada”.

É visível o esquematismo teórico e o subjetivismo de suas considerações sobre as experiências de guerrilha no Brasil (contra a invasão dos holandeses, na época colonial), na China e em Cuba. Considera formas particulares de tática apropriada para a América Latina e Brasil, distinta da tática insurrecional do proletariado. Imagina que a insurreição e a guerra civil não são aplicáveis às condições do Brasil.

No texto “A crise brasileira”, expõe com toda clareza: “A luta de guerrilha é uma forma de luta política. Mas é uma forma de luta política diferente – aplicável quando a luta política já não pode resolver-se pacificamente e, tem que fazer-se por outro meio. Ainda que a insurreição e a guerra civil constituam igualmente outros meios de efetuar luta política, não resta dúvida de que a luta de guerrilhas tem a vantagem de poder organizar-se mais rapidamente e com efetivos pouco numerosos a princípio.” Trata-se de uma formulação antimarxista. A insurreição e a guerra civil demonstraram pela experiência da luta de classe e pelas revoluções que são o caminho por onde o proletariado chegará ao poder, dirigindo por meio de seu partido os demais oprimidos. Tanto a revolução chinesa quanto a cubana comprovam que a forma particular da guerrilha é parte da insurreição e da guerra civil. Marighella separa a guerrilha da insurreição, que é a forma superior da ação direta do proletariado na sua luta contra a burguesia.

Mostramos anteriormente que Marighella negava a concepção marxista-leninista da revolução proletária. Não dizemos abandonava, porque o PCB estalinista nunca a assimilou. A formulação de que houve no Brasil uma situação em que a luta política podia ser resolvida pacificamente e que com a ditadura a solução seria a “guerrilha” reflete a incapacidade do líder da ALN de romper os seus fios históricos com o estalinismo, virando-se para o ultraesquerdismo militarista. A puerilidade da comparação temporal sobre a vantagem da guerrilha se organizar mais rapidamente do que a insurreição nos revela o quanto o estalinismo impossibilitou seus militantes de se formar no marxismo-leninismo. Ocorre que a puerilidade se confundiu como teoria marxista-leninista para acobertar o foquismo, que Marighella afirmou rejeitar na idéia, mas que o pôs em prática.

A formulação “organizar-se mais rapidamente e com efetivos pouco numerosos” carrega o germe do foquismo, oposto à guerrilha historicamente determinada pelos explorados. Por isso, o ex-dirigente do PCB irá constituir uma organização oposta ao partido marxista.

Em 1968, o Jornal do Brasil, interessado na divisão do PCB e empenhado no triunfo do golpe de 64, publicou na edição de 5 de dezembro o texto “Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil”, cujas características são as de um manual. Não faz senão expor que a “guerrilha”

é concebida fora da vida social da classe operária e dos camponeses. Pequenos grupos armados e bem treinados se lançarão a operações militares contra as forças da ditadura e instituições da burguesia. Por meio delas, os “guerrilheiros” vão ao encontro das aspirações dos explorados e procurarão incorporá-las na guerrilha. Dar-se-ia um passo superior transformando-se em “guerra revolucionária”. Situação em que as massas foram ganhas ideologicamente e para as armas. Dos pequenos grupos armados, em situação de inferioridade, se passa à guerrilha apoiada nas massas, em situação de superioridade.

A realidade acabou por desfazer esse arcaboço. Os grupos móveis não tinham como passar para a fase superior. O fator decisivo – o proletariado e os camponeses – estava alheio e assim permaneceu todo o tempo. Sem as massas em luta, o aparato militar e policial da ditadura de classe da burguesia é poderoso. Por mais bem preparados e por mais que aplicassem o manual da guerrilha, os grupos móveis armados não tinham como evitar o cerco e o esmagamento. Marighella idealizou uma organização que ganharia força a cada êxito militar, a cada sabotagem, a cada justificação e a cada expropriação. Os feitos extraordinários chamariam a atenção dos explorados, modificariam a situação política e levariam as massas às armas. Para isso, não haveria necessidade de um trabalho sistemático de organização da classe operária. Pelo contrário, essa via atrasaria a “guerra revolucionária” e a impossibilitaria.

No mesmo ano de 1968, sob o nome de Agrupamento Comunista de São Paulo, publicou-se um pronunciamento em que Marighella procura se defender da acusação de foquista. Mas seu entendimento de luta armada foquista se mostrou errôneo. Eis a contestação: “O foco seria lançar um grupo de homens armados em qualquer parte do Brasil, e esperar que, em consequência disso, surgissem outros focos diferentes do país. Se assim fizessemos, estaríamos adotando uma posição tipicamente espontaneísta e o erro seria fatal.”

Marighella estava empenhado em um movimento de luta armada planejada, que seguiria três fases: 1) preparação; 2) lançamento; 3) guerra de manobra. Estava convencido de que de posse desse esquema, para ele já provado em outras latitudes, estaria isento de espontaneísmo foquista. No entanto, o que define o foquismo e o diferencia da guerrilha não é a consciência de sua preparação e a aplicação planejada da ação armada. A essência da definição está se é uma criação das massas ou de um grupo de combatentes isolados.

Certamente, as lideranças que emergem ou que atuam do seio das massas que avançam a luta de classe para a luta armada têm um papel de organizador e de estrategista fundamental para o seu desenvolvimento e vitória. Mas a organização foquista atua fora e por cima da classe operária e dos camponeses. A explicação de que a organização que rompia com o PCB não era foquista porque não se iria “lançar um grupo de homens armados em qualquer parte do Brasil” e aguardar o resultado não passa de um subterfúgio e uma caricatura para não enfrentar a questão.

O PCB em função de sua linha colaboracionista acusou a cisão de Marighella de ultraesquerdismo e de foquista. O criador da ALN não pôde responder com fundamento. Os acontecimentos mostraram que o combate ao colaboracionismo estalinista não poderia ser dado por aqueles que simplesmente migraram para um mal digerido guevarismo e maoísmo. Pequenos grupos bem armados e treinados, submetidos a um planejamento rigoroso, que esperam com suas ações armadas percorrer três fases previamente estabelecidas não constituirão a guerrilha e sim o foquismo.

Em maio de 1969, a ALN redige o documento “O papel da ação revolucionária na organização”, no qual se faz um balanço do crescimento da organização que estava em plena atividade. A premissa básica da guerrilha era a de que se desencadearia do campo para a cidade. Mas a ALN foi criada a partir da regional do PCB de São Paulo, que estava sob a direção de Carlos Marighella. Em sua breve existência, não pôde

voltar-se para os camponeses.

Em cerca de dois anos, a ALN havia se estendido para vários estados, ganhando proporção nacional. Fato que despertou em seu dirigente um entusiasmo triunfalista em torno da tese de que a ação de “pequenos grupos de homens armados” impulsionou o crescimento. A fase de implantação da ALN percorreu o ano de 1968, as ações e expropriações foram desencadeadas de forma encoberta, sem despertar a suspeita da repressão política de que estava diante de uma organização político-militar. Havia se cumprido o primado da ação. A ação faz a vanguarda. A ação potencia a capacidade de fogo. O existismo é delirante: as condições revolucionárias estavam dadas, a organização local se transformou em nacional, o potencial das ações armadas havia aumentado e as forças da ditadura haviam sido surpreendidas.

Marighella reitera a rejeição ao foco e afirma a tática da “guerra de movimento”. E novamente se vê obrigado a rejeitar o trabalho partidário de organizar o proletariado e as massas. Rechaça o método que parte “das reivindicações imediatas e através dessa atividade ganhar as massas para a revolução”. Advoga outro caminho: “partir para a luta armada” contra a ditadura e fazer um trabalho de massa. Chega assim à essência do foquismo, sem admiti-lo: “Em torno dessa potência de fogo, que surge do nada e vai crescendo pouco a pouco, a massa aglutina-se, constrói a sua unidade pelos revolucionários e pelos movimentos.”

Com essa determinação, o partido não só é desnecessário mas também um anacronismo histórico. A ALN se constitui, assim, em grupos para ação armada, outras tarefas políticas eram decorrências. Marighella explica: “Eliminamos da nossa organização o sistema complexo da direção que abrange escalões intermediários e uma cúpula numerosa, pesada e burocrática. A nossa função principal não é fazer reuniões, e sim, desencadear a ação, para a qual se exige sempre rigoroso planejamento. (...) A nossa organização repousa maciçamente nos seus grupos revolucionários e na sua capacidade de fogo, nos homens que estão aptos no manejo dessa capacidade de fogo e à realização de operações e tática de luta do povo.”

No “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo”, explícita que não se pretende formar outro partido comunista, que traria de volta “antigas discussões” e repetiria a velha estrutura partidária. E assenta: “O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda”. O foquismo se caracteriza pela negação do partido. A ALN foi uma das organizações que assumiu posições plenas do foquismo. Verificamos que outras organizações convictas da necessidade do partido adentraram ao foquismo por não serem marxistas e por assemelharem pressões internas e externas.

Marighella foi um homem importante no aparato do PCB. Entendia por partido a organização estalinista. Nunca soube o que é o partido centralista-democrático. Em sua experiência, confundiu a concepção de militante profissional leninista com aquele que recebe do partido para viver e militar, o que forja burocratas, estabelece laços de dependência financeira, corrompe e deforma todo o partido. Confundiu o partido marxista - formado de militantes que elaboram coletivamente, decidem coletivamente, tomam iniciativas diariamente na luta de classe e agem unitariamente com o programa da revolução - com a organização burocrática do PCB, na qual não prevalecem militantes “de espírito de iniciativa, livre de qualquer espírito burocrático e rotineiro”, que “esperam pelos chamados assistentes” e que “ficam de braços cruzados aguardando ordens”.

Tinha razão Marighella em rechaçar esse tipo de partido, no qual militou por quase quarenta anos, mas não o tinha de confundi-lo com o partido marxista-leninista.

Em 4 de setembro de 1969, o líder da ALN foi atraído para uma emboscada. A ordem do delegado Sérgio Paranhos Fleury e do governo militar era a de executar o “inimigo número um” da ditadura.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Conferências regionais do POR 2010

Em janeiro, o POR realizou suas conferências regionais. O principal objetivo foi o de avaliar o desenvolvimento do partido em cada estado em que está organizado. Também discutiu a situação internacional e nacional, avaliou criticamente a linha política, as bandeiras e participação nas lutas gerais.

Em janeiro de 2011, está previsto o XI Congresso, que vem sendo realizado rigorosamente a cada dois anos. As conferências regionais intercalam os congressos.

O POR é uma corrente marxista-leninista-trotskista, portanto se apóia nas conquistas programáticas, teóricas e práticas do proletariado mundial. Essa identificação é necessária porque Marx, Lênin e Trotsky encarnaram as experiências históricas da classe operária e materializaram o socialismo científico. Particularmente, Lênin organizou o bolchevismo, elaborou a concepção marxista do partido e liderou com esse instrumento a primeira revolução proletária vitoriosa. Ao contrário, Stálin degenerou o Partido Comunista Russo. Para isso, falsificou as posições de Lênin. Trotsky combateu o estalinismo. Pôde fazê-lo porque esteve à frente da Revolução Russa. No combate à fração de Stálin, solidificou as conquistas do marxismo-leninismo e avançou sua compreensão.

Em meio à gigantesca crise mundial do capitalismo, aberta em 1929 e aprofundada em 1933, e na situação de ascenso do nazifascismo e de aproximação da Segunda Guerra, Trotsky liderou a constituição da IV Internacional frente à destruição da III Internacional por Stálin. Empunhou a bandeira da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, impulsionado pelas experiências anteriores da I e II Internacionais e da convicção de que as conquistas da Revolução Russa corriam perigo, tendo à frente do Estado Operário um partido degenerado pela teoria do socialismo em um só país e pelas ações concretas do governo russo em colaborar, em plena crise econômica devastadora, com frações do imperialismo em choque.

Nossas conferências regionais também reconhecem como o mais atual e profícuo marxista Guillermo Lora. Em sua longa vida de militante, construiu o Partido Operário Revolucionário da Bolívia e influenciou decisivamente a formação de nosso partido. Sua imensa obra programática, histórica e teórica sustenta-se no marxismo-leninismo-trotskismo e acrescenta-lhe imprescindíveis contribuições. Uma das preocupações mais prementes de Guillermo Lora foi a de formar militantes profissionais leninistas, sem os quais o partido não tem como penetrar o programa da revolução no seio das massas oprimidas, transformar os instintos comunistas do proletariado em consciência socialista e dirigir a maioria explorada para a tomada do poder do Estado. O POR boliviano teve de enfrentar enormes obstáculos e ataques das esquerdas para sustentar que “o partido é o programa”.

Desde o início da construção do POR no Brasil, nos guiamos por essa orientação. O que nos permitiu entender o sentido da formulação de Trotsky de que a crise da humanidade é a crise de direção, uma vez que objetivamente o capitalismo apodreceu e as premissas para a sua transformação em comunismo estão dadas. A tarefa de construir o partido é central. As conferências regionais dão mais um passo nesse sentido, avaliando crítica e autocriticamente o desenvolvimento do POR.

A crise econômica mundial aberta em setembro de 2008 nos Estados Unidos adentra em 2010, sem que se vislumbre uma retomada geral e um novo ciclo de expansão. O pequeno reanimamento em alguns países, incluindo os Estados Unidos, a preservação em taxas menores

do crescimento na China e Índia e a retomada no Brasil depois de brutal queda por três trimestres expressam a enorme intervenção dos Estados, que para isso agigantaram seus endividamentos. O brutal retrocesso na taxa mundial de emprego e a queda nos salários constituem um peso contrário à retomada econômica. Com isso, vêm abaixo os planos burgueses de reduzir a pobreza absoluta, a miséria e a fome de mais de um bilhão de pessoas.

A derrocada da economia mundial, tendo como carro chefe os Estados Unidos, evidenciou as teses do socialismo científico da contração entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção e distribuição, da anarquia do mercado, da inevitável superprodução, do choque entre as fronteiras nacionais, da necessidade do capitalismo destruir forças produtivas e da crescente barbárie.

No Brasil, vimos o crescimento acelerado, com uma taxa de 6,5% em 2008, cair abruptamente e se transformar em recessão em 2009. Imediatamente, milhares de empregos na indústria foram cortados. Os capitalistas saíram em defesa de suas propriedades e dos lucros, enquanto a família operária arcava com as nefastas conseqüências. A burocracia sindical correu a aceitar acordos de redução salarial e não mexeu um dedo para organizar a luta contra as demissões. Os assalariados foram pegos de surpresa, desorganizados e individualizados. Sem resistência das massas, o governo pôde proteger as multinacionais e o grande capital nacional. O POR chamou os trabalhadores a reagir por meio da ação direta e da unidade na luta em defesa da escala móvel das horas de trabalho e dos salários.

O reanimamento econômico e a reabertura de empregos fechados permitem à burguesia e seus governos, entre eles o do PT/Lula, alimentar a ilusão de que a crise ficou para trás e que os trabalhadores não têm o que temer.

Alertamos os explorados! A crise mundial persiste e voltará a atingir o Brasil, já abalado pela queda das exportações. Não se pode esperar o melhor do capitalismo, mas sim o pior. Parte do impacto da crise foi contornada ou absorvida graças aos trilhões de dólares despendidos pelos tesouros nacionais pelo mundo. Mas as massas terão de pagá-los com mais trabalho, menos salários; com mais exploração, menos emprego.

As conferências do POR levantam a bandeira de organizar a classe operária e demais oprimidos para combater a exploração e o desemprego, para rechaçar a política da burguesia frente à crise e defender o programa da revolução social, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista.

Chamamos os trabalhadores, a juventude e a vanguarda militante a assimilar os ensinamentos do passado. No início do século XX, eclodiu uma crise geral e com ela a Primeira Guerra Mundial. Era o capitalismo que entrava na fase superior monopolista. Suas entranhas se contorceram, levaram ao cataclismo da guerra. Ao mesmo tempo, permitiram que o proletariado se levantasse com o programa da revolução e conquistasse o poder na Rússia. A crise foi retomada poucos anos depois. O imperialismo lançou-se na Segunda Guerra. O proletariado mundial se encontrava desarmado pela política do estalinismo. O capitalismo resolveu pela segunda vez a crise de superprodução destruindo forças produtivas por meio das armas.

Inúmeras crises se manifestaram depois de 1945. Observamos que foram se ampliando e aprofundando, absorvidas e, logo em seguida, retomadas em novos patamares. A derrocada dos Estados Unidos é

maior do que as anteriores. Desta vez, aproximou-se da grande quebra de 1929/33. Os artifícios financeiros, fiscais e cambiais já não surtem o efeito de sustentação do crescimento. A queima de grande quantidade de riquezas acumuladas limita a capacidade de intervenção. Faz parte das grandes crises uma nação se jogar contra as outras. As tendências bélicas afloram com vigor. Nas duas guerras mundiais, enfrentaram-se as potências européias. Os Estados Unidos emergentes ganharam terreno e se tornaram hegemônico. Na presente situação, a potência do Norte confronta-se com a China. Tudo indica que a crise se desenvolverá por essa via. A burguesia norte-americana vem se exasperando com o recuo de seu poder mundial. Há um limite para o retrocesso. O

Manifesto da Conferência Regional Nordeste - POR

A Conferência Regional Nordeste do Partido Operário Revolucionário se debruça sobre a tarefa de construção de um partido revolucionário com penetração nas massas e baseado na direção da classe operária em um das regiões brasileiras mais marcadas pelo atraso do desenvolvimento das forças produtivas dadas as determinações do desenvolvimento desigual e combinado.

Ao lado das regiões sul e sudeste brasileiras, marcadas por forte desenvolvimento industrial e com patamares econômicos próximos aos países capitalistas avançados, subsistem as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste de economia agrária e extrativista, com poucas exceções de centros urbanos industrializados.

A despeito da propaganda institucional feita pelo governo federal e por diversos governos estaduais ditos de esquerda a respeito do combate às diferenças regionais através do incentivo do desenvolvimento dessa região, a realidade de alijamento econômico, pobreza e opressão das massas persiste em todos os estados. Nenhuma proposta reformista, desenvolvimentista ou assistencialista dará conta das desigualdades sociais e econômicas históricas, resultantes das leis do capitalismo. Apenas a ação de um partido revolucionário organizado sob a direção da classe operária será capaz de tomar para os trabalhadores o controle, organização e distribuição das riquezas oriundas do trabalho.

O avanço eleitoral do reformismo empunhado pelos partidos burgueses demonstra, portanto, apenas o seu fracasso. O arremedo desenvolvimentista do governo, com a promoção de políticas assistencialistas através de programas como o “Bolsa Família” (que atinge majoritariamente a região nordeste), com a reativação da Sudene e com as vultosas obras patrocinadas pelo PAC mascaram e mantem as desigualdades regionais e promovem como resultado mais opressão e pobreza. A Bahia, por exemplo, é o terceiro estado mais populoso do país e contribui apenas com 4,1 % de toda a sua riqueza produzida. Possui, por um lado, o município com maior PIB *per capita* do Brasil (São Francisco do Conde) e, por outro, a capital do desemprego (Salvador, em torno de 20% da PEA). Dentro de cada estado, as políticas reformistas governamentais não podem resolver os problemas dos setores historicamente oprimidos, cada vez mais vítimas da miséria, das polícias e da violência. É comum a existência em toda a região de grupos de extermínio de pobres e de negros, revelando também o racismo que acompanha o capitalismo em nosso país desde a colonização.

Na Bahia, o governo estadual de Jacques Wagner/PT, obrigado a promover aliança com o PMDB e diversos outros setores oligárquicos e burgueses, caracteriza-se como governo burguês de ataque aos trabalhadores. Dirige-se às massas com programas assistencialistas com uma mão e, com a outra, com a polícia marcadamente classista e racista e com o aparelhamento de todos os movimentos sociais na base do governo.

No Ceará, estão aliados governo municipal da capital (Luizianne Lins/PT/PSB/PMDB) e estadual (Cid Gomes/PSB/PT/PMDB/PSDB) contra

governo Bush expressou a exasperação com a guerra no Iraque. Obama não tem como mudar o curso do intervencionismo imperialista.

É sob a perspectiva de desintegração do capitalismo que trabalhamos por construir o POR e o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. As conferências regionais se colocam por fortalecer as fileiras do partido. Convocam a vanguarda em luta a assumir a tarefa de construir o partido programa e a penetrar fundo no seio dos explorados. As conferências se comprometem com o trabalho de constituir a aliança operária e camponesa, por em pé a frente única antiimperialista e caminhar para a revolução e ditadura proletárias.

Janeiro de 2010

os explorados. Os partidos burgueses, apesar da disputa entre si pelo controle da máquina do Estado, estão unidos contra a classe trabalhadora. Avançam sobre os movimentos sociais e organizações dos trabalhadores, estatizando-os, aparelhando-os, desmobilizando-os e enfraquecendo-os. A coalizão governista domina sindicatos e movimentos sociais, fazendo com que as massas permaneçam entregues às ilusões democráticas. Uma das graves consequências é a redução do número de ocupações do MST, se comparadas com as suas atividades e ocupações em governos anteriores.

No Rio Grande do Norte, também se configura um governo dito progressista e, no entanto, duplamente contra os trabalhadores: o governo municipal de Natal (Micarla/PV) e estadual (Wilma/PSB). Os governos estão em íntima relação com os setores oligárquicos tradicionais do estado, responsáveis por sustentar o latifúndio no campo e a opressão da pequena burguesia nas cidades. O Partido dos Trabalhadores expressa no Rio Grande do Norte a sua política nacional de coalizão com setores reacionários e de imobilização dos movimentos sociais através de sua estatização e aparelhamento. As lutas camponesas que vinham se desenvolvendo com novas ocupações sofreram refluxo ou se atrelaram ao governo à espera de respostas à questão agrária.

Constantemente os trabalhadores têm procurado a via da luta. Deparam-se, no entanto, com a sua fragmentação, consequência do divisionismo da burocracia sindical. A estatização dos sindicatos constitui-se em uma trava à luta independente da classe operária e demais explorados.

Ao Partido Operário Revolucionário está posta a tarefa de fazer avançar entre a classe operária e demais oprimidos o programa da revolução socialista e de unir as lutas setoriais do campo e da cidade à luta de classes empreendida pela classe operária. A luta contra as desigualdades regionais históricas, contra os setores tradicionais oligárquicos e latifundiários e para livrar os camponeses da opressão do capital deve estar necessariamente entrelaçada a luta do proletariado nas cidades, único capaz de oferecer um programa contra o capitalismo, dado o lugar que ocupa nas relações de produção capitalista.

Apenas sob a direção do proletariado poderão os camponeses, a pequena-burguesia urbana e os trabalhadores livrarem-se do julgo e opressão do capitalismo. A região Nordeste desempenha função essencial na construção da revolução proletária socialista, qual seja a de desenvolver, unida à luta do proletariado urbano, as bases para a emancipação do proletariado rural, dos camponeses e, portanto, da revolução agrária e da constituição do governo operário e camponês,

Um partido revolucionário, no entanto, não se constrói com improvisos. A razão está em que não se trata de um partido adaptado ao capitalismo, às suas instituições, ao eleitoralismo, ao sindicalismo burocrático, ao assistencialismo e ao manejo de finanças vindas da burguesia.

O POR tem como programa a revolução proletária. Objetiva destruir a propriedade privada dos meios de produção e transformá-la em propriedade

coletiva, socialista. Combate a burguesia que, com sua ditadura de classe sobre a maioria oprimida, exercida pelos governos e partidos patronais, preserva a propriedade privada, a exploração e miséria das massas. Mas o POR também combate os partidos e as direções de movimentos que enganam os operários e camponeses pobres com as bandeiras de reforma do capitalismo, ou seja, com as bandeiras que paralisam os explorados

Rondônia

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

O Partido Operário Revolucionário (POR) realizou a sua primeira Conferência Regional em Rondônia. Em 1998, começamos a organizar o partido em Porto Velho. Faz onze anos que trabalhamos para constituir os primeiros quadros de militantes marxista-leninista-trotskistas.

A experiência comprova que não se improvisa um partido revolucionário. A razão está em que não se trata de um partido adaptado ao capitalismo, às suas instituições, ao eleitoralismo, ao sindicalismo burocrático, ao assistencialismo e ao manejo de finanças vindas da burguesia.

O POR tem como programa a revolução proletária. Objetiva destruir a propriedade privada dos meios de produção e transformá-la em propriedade coletiva, socialista. Combate a burguesia que, com sua ditadura de classe sobre a maioria oprimida, exercida pelos governos e partidos patronais, preserva a propriedade privada, a exploração e a miséria das massas. Mas o POR também combate os partidos e as direções de movimentos que enganam os operários e camponeses pobres com as bandeiras de reforma do capitalismo, ou seja, com as bandeiras que paralisam os explorados diante da tarefa de expropriar a grande propriedade e tomar o poder do Estado pela revolução proletária, de aliança operária e camponesa.

Partidos existem aos montes, mas ou são burgueses ou pequeno-burgueses. O partido da classe operária está por ser construído. As tentativas do passado fracassaram com o Partido Comunista Brasileiro estalinista se entregando ao nacionalismo burguês e ao apoio a governos dos capitalistas.

No início dos anos 80, houve uma febre em torno do movimento de formação dos Partidos dos Trabalhadores. Praticamente toda esquerda alimentou a ilusão de que estava nascendo um partido de classe, dos explorados e oprimidos. Nada mais falso. O PT não nasceu alicerçado no marxismo e sim no programa reformista burguês. Não demorou que o operário Lula saltasse do sindicalismo para a Presidência da República, de onde dirige os negócios da classe capitalista e ludibria os pobres com o “Bolsa Família” e pequeno aumento do salário-mínimo. Banqueiros, industriais, latifundiários, agronegócios e grandes comerciantes, por sua vez, ganharam muito, acumularam gigantesco capital e concentraram ainda mais a suas propriedades.

Em Rondônia, o prefeito petista de Porto Velho é conivente com o governo corrupto de Cas-sol. Diz defender os direitos dos trabalhadores e chega a denunciar os assassinatos de camponeses. Mas não ataca os interesses da oligarquia que domina o estado. O PT defende a propriedade capitalista. Assim, os conflitos de classe acabam por desmascarar seu palavreado.

A primeira Conferência do POR ocorre quando os jagunços, a mando dos latifundiários, assassinaram três camponeses. Gildézio Alves (Neguinho) foi executado no assentamento Flor do Amazonas II. Élcio Machado e Gilson Gonçalves, da Liga de Camponeses Pobres de Rondônia, foram desfigurados pela

diante da tarefa de expropriar a grande propriedade e tomar o poder no Estado pela revolução proletária, de aliança operária e camponesa.

Viva a aliança operário-camponesa e a ditadura do proletariado!

Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!!

Rio Grande do Norte, 22 de janeiro de 2010.

tortura e mortos com uma crueldade que mostra a mais completa liberdade dos latifundiários e grileiros de ordenar execuções. O Estado, governo e justiça protegem a grande propriedade e acobertam os crimes de classe dos opressores.

Faz pouco tempo, Lula regulamentou a grilagem com uma Medida Provisória. Em nome do desenvolvimento e do controle do uso da floresta, o petista entregou milhares de hectares aos grileiros. Para acobertar o favorecimento de terras públicas aos latifundiários, Lula fez a propaganda de que se tratava de proteger posseiros e pequenos agricultores. Na verdade, o governo quer ter ao seu lado os latifundiários. Ao mesmo tempo, alimenta a ilusão dos camponeses com assentamentos de famintos e promessa aos milhares e milhares de acampados em todo o Brasil.

A Conferência do POR denuncia os covardes assassinatos no acampamento Flor do Amazonas II e Jacinópolis, retoma a chacina da Fazenda Santa Elina, em Corumbiara, e se coloca por organizar e apoiar a luta camponesa pela terra. O governo e justiça, mais uma vez, acobertarão os grileiros e os jagunços assassinos. Estarão cumprindo seu papel de burgueses. Nós, explorados, temos meios próprios de combate à grande propriedade e à violência reacionária: organizemos os comitês de autodefesa e o tribunal popular, para proteger a vida dos pobres do campo e para punir os crimes da burguesia.

A luta camponesa tem de se unir à da classe operária e à do movimento estudantil. Rondônia tem uma classe operária incipiente, que tende a crescer. O exemplo das manifestações dos operários de Santo Antônio e Jirau mostra a importância do proletariado. No Brasil, a classe operária é poderosa. Está mais concentrada no Sul/Sudeste. Vem aos poucos se desenvolvendo nas demais regiões. O programa da aliança operária e camponesa tem suas raízes na classe operária brasileira e internacional.

A Conferência regional do POR expressa o programa da revolução e ditadura proletárias, do governo operário e camponês e da expropriação da grande propriedade capitalista. As particularidades de nosso estado estão condicionadas ao programa e à construção do partido internacionalista. Uma de nossas tarefas é de conhecê-las para penetrar nas massas e concretizar o programa das transformações democráticas e socialistas.

É com essa orientação que o POR se constrói também na juventude. As massas estudantis e dos bairros pobres das grandes cidades do estado se constituirão em força transformadora sob o programa da classe operária e sob a direção do partido marxista-leninista-trotskista.

A primeira Conferência regional de Rondônia chama os trabalhadores e a juventude a entrarem no POR, a se formarem como marxistas e se constituírem como quadros revolucionários no seio dos explorados da cidade e do campo.

Viva a construção do Partido Operário Revolucionário.

Rondônia, 17 de janeiro de 2010

Nesta edição:

- Os resultados das eleições do 6 de dezembro do 2009 e a perspectiva revolucionária
- A burguesia não pode deter a máquina capitalista de destruir a natureza e o homem
- Irã tem direito de domínio e controle da energia nuclear



Artigos do Cerqui **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Viva o Congresso do Partido Operário Revolucionário da Argentina

Na segunda semana de janeiro, o POR argentino realizou seu 11º Congresso. A pauta constou de três pontos: 1. O programa, 2. A situação política; 3. O balanço de atividade. Tiveram presentes representantes do POR boliviano e brasileiro.

Dos três pontos, o que mereceu destaque foi o programa. No Congresso do ano passado, reconheceu-se que era necessário rediscutir as bases programáticas que serviram de ponto de partida para a construção partidária. A cisão da fração Gamboa indicou o caminho da dissolução do POR. A fração porista contrária à ruptura da fração Gamboa com o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional resistiu ao aventureirismo.

Instalou-se inicialmente uma confusão pelo fato de se constituírem duas organizações com o mesmo nome, inclusive do jornal Massas. Ambos os nomes foram inspirados no POR boliviano, não por formalidade, mas por expressar a tarefa de construir o programa na Argentina e pôr em pé uma organização voltada a reconstruir a IV Internacional. A fração Gamboa procurou indevidamente conservar os nomes POR e Massas, uma vez que rompeu o Comitê de Enlace, atacando o POR boliviano. Mas a política tem suas leis e a construção do partido é uma obra histórica que não se improvisa e que não pode estar a cargo de pequeno-burgueses, que se movimentam sobre a base da leviandade, dos exitismos, dos personalismos e das intrigas.

A fração Gamboa procurou aproximação com o morenismo na Argentina, que se frustrou. No Brasil, tentou constituir um braço de sua organização, acercando-se das seitas que reproduzem os velhos e carcomidos ataques pablistas ao POR boliviano. Foi um desastre. A aproximação com as seitas terminou em um show de acusações.

Ao contrário, o POR que surgiu das cinzas da organização dirigida por Gamboa se afirmou junto ao Comitê de Enlace, que sem dúvida se debilitou por esse desastroso processo de decomposição do POR originário da cisão de um conjunto de militantes com o Partido Obrero de Jorge Altamira. A liderança de Gamboa foi decisiva para que a nova organização se pusesse a elaborar o programa da revolução proletária. Hoje, a militância porista reconhece que faltaram clareza e firmeza no enfrentamento da política aventureira desenvolvida por Gamboa. Os prejuízos e preconceitos contra o POR boliviano permaneceram, ainda que atenuados. Faltou uma auto-crítica

consistente referente ao processo de ruptura, que certamente chegaria à conclusão de que as idéias programáticas originais não eram essencialmente corretas e não expressavam o trabalho de penetração no proletariado.

Guillermo Lora, dirigente do POR boliviano, insistiu que o ponto de partida de nossas jovens organizações estava em constituir o programa e assimilar a concepção leninista do partido. Nesse processo, a experiência do POR na Bolívia deveria se assimilada criticamente. O POR argentino, sob a direção de Gamboa, não poderia pôr em marcha essa rigorosa e árdua tarefa. O pequeno-burguês pedante se pôs a bombardear a posição de Lora sobre a importância das aquisições programáticas, teóricas e organizativas do POR, fazendo coro com os adversários do trotsquismo.

Retomamos sucintamente parte da história do POR argentino para que se entenda que o 10º e 11º Congressos têm caráter fundacional, o que não significa desprezar conquistas do passado e que foram negadas pela fração Gamboa. São fundacionais porque colocaram a tarefa de construir o partido-programa sobre novas bases.

Os nossos camaradas argentinos deram um passo no sentido de estruturar e funcionar o partido sob a concepção leninista. A direção partidária é decisiva. Deve ser a principal preocupação do POR argentino forjar o partido de células, centralizadas pela direção e fundamentadas nas resoluções de Congresso.

As posições programáticas aprovadas no 11º Congresso conduzirão à coesão das fileiras do POR. Certamente, não se livrará imediatamente das heranças desagregadoras do passado, mas já não pesarão como antes do 10º Congressos.

Os pontos centrais do programa merecerão melhor fundamentação e desenvolvimento, como o caráter semicolonial da Argentina, a estrutura econômica marcada pelo desenvolvimento desigual combinado, as classes sociais, a questão agrária e as consignas de transição.

Cabe ressaltar a importância da participação das seções do Comitê de Enlace. A construção embrionária do POR na Argentina e no Brasil poderá avançar com um trabalho coletivo e sistemático internacional. Nesse sentido, o POR da Bolívia tem muito a contribuir. A tarefa de reconstruir a IV Internacional torna-se mais dramática com a decomposição do capitalismo, impulsionada pela crise mundial. Nesse sentido, decidiu-se restabelecer o trabalho internacional com sistematicidade.

Estados Unidos reforçam o intervencionismo no Haiti

O terremoto, que já matou mais de 200 mil pessoas e deixou milhares de desabrigados, é uma ação da natureza. Mas, no Haiti, ganhou projeção gigantesca em função da condição miserável do País. Considerado o país mais pobre do continente americano: 80% da população vive abaixo da linha de pobreza, 48% de analfabetos, salário mínimo de fome, equivalente a R\$ 100 e desemprego por volta de 80%. O terremoto foi mais um golpe à população oprimida.

A história da antiga colônia espanhola, que conquistou a independência por meio da rebelião dos negros, é marcada pelo intervencionismo imperialista. Os Estados Unidos, desde o início do século XX, apoderaram da ilha. Protegeram o ditador Papa Doc e Baby Doc, que exterminou 50 mil haitianos, e armou o golpe que depôs Jean Bertrand Aristide, em 2004. A partir daí, o País vive sob a intervenção militar da ONU, organismo de defesa da política intervencionista dos Estados Unidos.

Lula a serviço do imperialismo

Desde 2004, há um contingente de 7 mil soldados, enviados pela ONU. Destes, 1200 são do Brasil. Os Estados Unidos nomearam o Brasil para chefiar a missão imperialista no País. A justificativa apresentada pelos governos para esta segunda intervenção foi a instabilidade social existente no país, consequência da “saída” de Jean Bertrand Aristide. Nada mais falso. Aristide foi derrubado pelo imperialismo norte-americano, tinha apoio das massas e, para reprimir as manifestações, os Estados Unidos ocuparam militarmente o País, usando a fachada da ONU e exigindo de governos latino-americanos, entre eles, Lula, participação na ação militar.

O Brasil colocou-se à disposição para fazer o serviço sujo de assassinar as lideranças de oposição e os pobres esfomeados que protestavam contra a invasão estrangeira. Mas o fato de seguir a diretriz dos Estados Unidos não o colocou como direção da chamada missão da ONU, o que se evidenciou com a catástrofe recente. Os Estados Unidos cercaram o País, determinaram a forma da considerada ajuda humanitária, expondo assim quem de fato comanda o intervencionismo. Militares brasileiros se queixaram e, logo em seguida, foram calados.

O governo brasileiro já gastou até agora com esta subserviência um total de 577 milhões de reais. Após o terremoto, ocorrido em 12 de janeiro, o Brasil prometeu enviar mais 15 milhões de dólares para a tal “reconstrução” do país e dobrar o número de soldados. Lula tem esperança que esse comprometido possa ser compensado com uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A ofensiva imperialista

O imperialismo norte-americano irá enviar um contingente militar de 15 mil soldados, superando em dobro o

total existente hoje. Isso também foi causa do conflito entre o comando brasileiro e o norte-americano.

O governo Obama, que tanta euforia provocou no mundo, por ser o primeiro negro a assumir uma cadeira presidencial nos EUA, mostra agora o motivo de ter sido admitido pela burguesia. Cabe a ele, como representante do Estado capitalista mais poderoso do planeta, controlar os recursos existentes na América Latina, garantir a estabilidade social por meio da repressão nos países dominados. Para isso, não deixará de usar os mesmos métodos: golpes, ditaduras, violência, assassinatos em massa e intervenção militar.

O terremoto é apenas um pretexto para que os EUA exponham seu poderio na América Central. Portanto, não há nada de humanitário que possa vir do imperialismo.

Ao povo pobre do Haiti: lutar pelo fim da intervenção militar

O País se desmoronou. As ruínas, a falta de comida, abrigo, atendimento médico se combinam com a revolta das massas esfomeadas. Os militares invasores tentam conter a fúria do povo com a repressão. Ditadores como os da família Baby Doc, que saquearam o País e assassinaram os opositores, posam de humanitários doando milhões de dólares, como se não pertencessem aos cofres públicos. A ajuda financeira que vem de todos os lugares ficará nas mãos dos opressores imperialistas. A revolta dos pobres será calada com as armas do imperialismo.

A reconstrução do Haiti planejada pelos Estados Unidos significará mais subserviência e mais violência sobre os oprimidos. Por isso, a verdadeira reconstrução do País iniciará com a luta contra o intervencionismo dos Estados Unidos e da ONU. As massas oprimidas terão de se organizar em comitês e assembleias populares para tomarem o problema em suas mãos.

O proletariado e os explorados em geral iniciam sua solidariedade defendendo o fim da invasão militar. Exigindo do governo Lula a retirada das tropas do Haiti. E levando a bandeira da soberania nacional dos povos, por meio da luta pela implantação dos Estados Socialistas da América Latina e do Caribe.

A debilidade dos haitianos está na ausência do Partido Revolucionário, capaz de transformar a revolta das massas em luta contra o poder burguês. A fraqueza do proletariado mundial para responder a tamanha violência está na ausência do Partido Mundial da Revolução Proletária, a IV Internacional. Esta constatação, ao invés de lamentações sobre a falta dos instrumentos da classe operária, coloca-se a tarefa é a de construir o partido em nosso país, como parte da construção do partido mundial. Aí sim estaremos de fato defendendo nossos irmãos haitianos.

Manifesto em defesa dos trabalhadores e explorados do Haiti !

O povo haitiano sofreu nas últimas semanas um dos maiores desastres de sua história. Foi um duro golpe numa população espoliada pelo imperialismo, pelas multinacionais, que vive há pouco mais de seis anos sob intervenção de forças militares de outros países, inclusive do Brasil. *Porto Príncipe*, sua capital, encontra-se em escombros, devastada pelo terremoto, com milhares de corpos nas ruínas de prédios e casas, incontáveis feridos e mutilados, falta de remédio, médicos e bombeiros para o resgate e atendimento dos sobreviventes, ausência de água potável, saneamento e comida. A fome, o desespero e a revolta impera entre as massas.

O governo haitiano já contabilizou 170 mil mortos, sem falar nos desaparecidos, feridos e mutilados pela tragédia. O número de vítimas pode chegar a mais de 200 mil pessoas. O país encontra-se praticamente destruído e paralisado. Os governos intervencionistas e imprensa burguesa procuram tirar o máximo proveito da situação de miséria e opressão dos trabalhadores e demais explorados do Haiti, tentando passar uma imagem de uma suposta preocupação e solidariedade com o sofrimento do povo, por conta dos parques dólares e mantimentos enviados ao Haiti. Na verdade, representa uma inexpressiva parte dos trilhões de dólares dados aos capitalistas depois da crise de setembro de 2008 para tirá-los da falência.

As conseqüências do terremoto, ao contrário de serem explicadas por fatores naturais, é produto da brutal exploração a que os haitianos são submetidos há tempo pelo imperialismo norte-americano (EUA), pelos grandes capitalistas internacionais, que atuam no país e pela submissa classe dominante interna. Os trabalhadores são violentamente explorados pelos grupos capitalistas, que extraem lucros astronômicos e pagam salários de fome. Milhares de indivíduos vivem desempregados ou do trabalho informal precarizado. A crise potencializou a já degradante condição de vida e trabalho dos explorados do país.

Paraguai: Governo Lugo e os “inimigos” do povo paraguaio

No dia 17 de janeiro, foi libertado o latifundiário paraguaio Fidel Zavala que havia sido sequestrado pelo Exército do Povo Paraguaio (EPP) e ficou em poder deste grupo foquista por 94 dias. O governo Lugo respirou aliviado.

Até a esse momento, sofria intensa pressão da oposição que o acusava de cumplicidade com os sequestradores e, no mínimo, denunciavam que pouco fazia para resgatar o fazendeiro. Pesava contra ele a ameaça de um juízo político pelo parlamento de maioria opositora, podendo concluir no seu *impeachment*.

O EPP, assim como outros grupos foquistas, é limitadamente nacionalista, com inserção entre os camponeses pobres que lutam pelo acesso à terra. Segundo afirmam, o seu propósito é “refundar a república, transformar a sociedade paraguaia em uma sociedade livre, democrática, participativa, protagônica”. “As mudanças sociais e econômicas não serão possíveis sem uma revolução política e esta não será possível sem uma organização revolucionária coesa e disciplinada animada e querida pelo nosso povo”. O seu horizonte revolucionário consiste na “consolidação da liberdade, a independência, a solidariedade, o bem comum, o império da lei, a paz...” e generalidades do gênero.

Programaticamente, como se pode ver, não difere muito de qualquer movimento pequeno-burguês democratizante, inclusive dos que participam da coalizão do governo Lugo. Mas tem inserção entre os camponeses pobres devido ao agravamento da exploração dessa parcela de trabalhadores que sofre com o incremento da produção de soja e mecanização da agricultura. Ainda hoje, 43,3% da população do país é considerada rural.

As tensões sociais, o acirramento dos conflitos, greves de operários e manifestações estudantis contra a ocupação, os saques às lojas e supermercados por levadas de explorados têm servido ao imperialismo e às tropas brasileiras para reforçar as forças de segurança. Os EUA mandaram 15 mil soldados e assumiram a linha de frente. O Brasil reforçará suas tropas sob a alegação de apoio humanitário ao país. Na verdade, o objetivo das tropas intervencionistas é proteger a grande propriedade privada e os interesses das corporações internacionais e dos capitalistas e evitar os saques dos oprimidos e a violação do direito de propriedade privada.

Evidentemente, a ausência de um Partido Operário Revolucionário no Haiti impede, nas condições de miséria, fome, desemprego e exploração da maioria do povo haitiano, a organização independente das massas e a centralização das ações espontâneas, do inconformismo e das lutas ao objetivo da revolução proletária, da superação do atraso econômico, da conquista da autodeterminação nacional frente ao imperialismo e da resolução das tarefas democrático-burguesas penderes como parte do programa socialista de expropriação da burguesia, socialização dos meios de produção e superação da fome, da miséria e da opressão. Os trabalhadores de todo o mundo devem solidarizar-se com os trabalhadores e explorados haitianos e denunciar o objetivo das tropas intervencionistas. O Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) carregarão até o final a mancha do sangue dos milhares de haitianos mortos pelo desastre e pelas forças militares.

• **Fora as tropas imperialistas e intervencionistas do Haiti!** •
Todo apoio aos explorados haitianos contra a opressão imperialista!
• Solidariedade proletária internacional ao povo haitiano contra a burguesia imperialista e seus governos! Somente a revolução proletária poderá retirar o país do atraso e superar a fome, a miséria e a opressão!

No Paraguai, desde o último período da ditadura de Stroessner, grandes extensões de terras foram vendidas a fazendeiros vinculados ao regime e a brasileiros que exploram as férteis terras da região oriental e conseguem altos rendimentos. Em épocas mais recentes, este crescimento acentuou a concentração de terras e a liquidação das lavouras de subsistência, expropriando grandes massas de antigos camponeses. O próprio Lugo, quando era bispo de um dos departamentos afetados por estas mudanças – o departamento de San Pedro –, tinha vínculos com os movimentos agrários. E na sua campanha para eleição à presidência, as promessas de reforma agrária lhe renderam o apoio desse setor.

Já na presidência, entretanto, não consegue sequer realizar uma tímida política de assentamentos, provocando a reação das organizações camponesas que pressionam o governo e começam a se desencantar das demagógicas promessas. Esse é o pasto para grupos foquistas ampliarem sua audiência.

Inimigos do povo paraguaio

Na mesma noite em que soltaram o fazendeiro, o governo desencadeou uma campanha nos meios de comunicação contra o que passou a denominar. Inimigos do Povo Paraguaio – fazendo graça com a sigla EPP. Com a divulgação de fotos de supostos integrantes do EPP e lhes atribuindo a realização de sequestros e outras ações armadas – algumas das quais nunca foram suficientemente esclarecidas, pesando sobre elas a suspeita de terem sido feitas por policiais – exortam a população a denuncia-los em troca de milionária recompensa.

Desencadeou-se a maior operação policial-militar nas regiões

onde se supõe o grupo poderia operar com o maior alarde de brutalidade. Centenas de camponeses são presos sem os procedimentos legais, intimidam-se populações inteiras com despejos e ameaças de prisão, e a imprensa escracha sem qualquer prova o nome de supostos integrantes ou colaboradores do EPP. O discurso do ministro do Interior do governo Lugo reproduz a lógica do amigo/inimigo da doutrina de segurança nacional, chegando a criticar organismos de direitos humanos por estes presumirem a inocência dos “réus”.

Desde o dia do sequestro, assessores das forças de segurança colombianas ajudam o governo a negociar primeiro e a reprimir agora as populações que podem estar em contato com os foquistas. Aliás, a “colombianização” da repressão no Paraguai é uma política de Estado, acertada mediante tratado pelo anterior presidente – Nicanor Duarte Frutos – e reafirmada nos primeiros dias do mandato de Lugo. Estes especialistas orientam as forças repressivas nas técnicas de intimidação da população, de modo a induzir o sentimento de antipatia necessário para denunciá-los.

Joel Sosa é um dirigente da Articulação Rural e Urbana de Conceição (ARUC) que guarda prisão domiciliar por ordem judicial devido à ocupação da fazenda Santa Adelia do plantador de soja brasileiro Jorge Luiz Zanetti, em 23 de junho de 2009, da qual os camponeses sem-terra foram brutalmente despejados ao dia seguinte. Ele disse ao jornal Última Hora que o entrevistou em 01/02/2010, comentando a repressão ostensiva: “Já deram o golpe [o EPP] e devem estar bem escondidos, não vão encontrá-los. Isto [a repressão] é para intimidar os lutadores sociais, estão levando preso quem não tem nada a ver com o sequestro do fazendeiro”.

Eis o verdadeiro conteúdo da ação do Estado burguês, a repressão das classes oprimidas. E o governo democratizante e pseudo-esquerdista de Lugo, para agradar à burguesia latifundiária e retomar a iniciativa política, tem de se mostrar mais papista que o Papa. Agora, propõe inclusive uma específica lei antissequestro que permitiria um maior controle da população e a limitação das liberdades, mas, dentro da lei.

As limitações do foquismo

Resulta grotesco ouvir ex-foquistas que hoje são ministros de

Balanco do Fórum Social Mundial Temático de Salvador e das atividades da esquerda

Um fórum sob controle dos governos petistas

O Fórum Social Mundial Temático (FSMT) ocorreu em Salvador, Bahia, entre os dias 29 e 31 de janeiro. Desde o início de sua organização, o FSMT esteve sob controle da burocracia do Partido dos Trabalhadores, que teve ressonância por meio das entidades sindicais e os movimentos sociais à frente das discussões. Além disso, estalinismo do PCdoB se fez presente na definição das atividades e temas propostos para discussão, além dos nomes de pessoas e entidades que deveriam ser chamadas para os debates. Em geral, os expositores fazem parte da intelectualidade que apóia o governo ou que não se diferenciam da estratégia política petista de constituição de um governo para gerenciar o Estado burguês.

Os governos federal de Lula e estadual de Jaques Wagner investiram pesadamente em recursos públicos para que o Fórum pudesse continuar legitimando as suas políticas e refletindo as idéias reformistas entre os participantes. Toda a programação e temáticas discutidas expressaram a necessidade de combater a política revolucionária e de defender que “outro mundo é possível”, desde que passe pela política de humanização do capitalismo e do Estado burguês, via eleições e parlamento, reforçando a estratégia petista de disputa do aparato

Lugo chamar o EPP de bandidos e criminosos, mas esse é o destino dos pequeno-burgueses que em algum momento de desespero escolheram a “luta armada” à margem dos processos sociais e políticos de estruturação política da vanguarda proletária.

A história dos outros países latino-americanos está cheia desses exemplares. Na Argentina, ex-montoneros estão no governo Kiscner. No Uruguai, o atual e o anterior presidentes foram tupamaros. No Chile, a ex-presidente também teve uma passagem pela esquerda. E, no Brasil, há ministros e uma candidata a presidenta que trilharam o foquismo e hoje se colocam como gerentes do grande capital imperialista.

O que caracteriza o foquismo é o desprezo da organização do proletariado, de sua preparação paciente para a tomada do poder. Esta preparação é uma tarefa histórica e consiste na criação do partido revolucionário do proletariado que só pode ocorrer mediante o desenvolvimento do programa no seio das massas. O foquismo pretende substituir esta tarefa histórica pela ação de um pequeno grupo armado, que por suas ações, despertaria a simpatia e apoio das massas.

O desprezo programático se traduz invariavelmente na adaptação destes grupos a um horizonte democratizante – apesar dos métodos aparentemente revolucionários que defendem – acorde com a perspectiva da pequena-burguesia. Daí que uma vez destruídas suas organizações pelas forças repressivas, muitos ex-foquistas concluem se colocando pela defesa da propriedade privada capitalista e do Estado burguês, ainda que matizada com o tempero reformista.

Somente a partir da perspectiva da classe operária é possível organizar as massas para a destruição do capitalismo e esta implica necessariamente uma organização internacional. Nós marxistas defendemos a tradição da classe operária, por isso afirmamos que inclusive no Paraguai, mesmo com o monumental peso do pré-capitalismo em sua formação social, as massas devem se organizar em torno ao Partido Mundial do Proletariado – a Quarta Internacional.

O foquismo é estranho à política do proletariado e o EPP está equivocado ao caracterizar como revolucionária as bandeiras democratizantes. Mas, inimigos do povo paraguaio são os latifundiários reacionários, a imprensa servil, a burguesia criminosa e o governo Lugo que defende a propriedade privada dos burgueses parasitas.

do Estado burguês de gerenciamento dos negócios capitalistas, em desfavor das massas exploradas, que são arrastadas para o assistencialismo e têm as suas ilusões nas saídas eleitorais reforçadas.

Não houve, portanto, qualquer espaço na organização, planejamento, escolha de temáticas e debatedores para a chamada esquerda. Esta procurou encaminhar uma programação paralela ao Fórum como debates, marchas, plenárias, exposição de matérias das correntes etc. O Partido Operário Revolucionário (POR) atuou em algumas das atividades da esquerda, tal como o debate sobre Trotsky e o Brasil, o ato de Solidariedade ao Haiti, a Plenária de discussão sobre a Nova Central, convocada pela Conlutas e Intersindical, a plenária da Anel, além das discussões sobre o problema da moradia pelas organizações e movimentos sociais, que compõem a Frente de Resistência Urbana (FRU).

Debate sobre Trotsky e o Brasil expressa a necessidade de construção do POR

No dia 29/01, ocorreu um debate sobre Trotsky e o Brasil, em que esteve presente a militância da esquerda e algumas organizações, em grande parte da base do PSTU. O debate foi realizado no ginásio da

Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e teve a participação de um bom número de pessoas. A intervenção do militante porista se concentrou na importância histórica da obra e da prática militante do Trotsky para o movimento socialista internacional. Destacou que o debate sobre suas contribuições para a luta revolucionária no Brasil se dá no contexto da crise econômico-financeira mundial, que foi descarregada pelos capitalistas sobre os trabalhadores e demais explorados. Sem a existência de um forte Partido Operário Revolucionário em nosso país, as massas se viram acossadas pelas pressões da burguesia e pela traição das direções sindicais burocratizadas, que se submeteram a acordos com corte de salários e aumento da exploração, com perda de direitos e conquistas.

Do ponto de vista histórico, Trotsky lutou sem tréguas contra a deformação das posições revolucionárias de Marx, Engels e Lenin pelo estalinismo, defendeu as conquistas da Revolução Russa de 1917, organizou a vanguarda por meio da Oposição de Esquerda Internacional e, posteriormente, pela fundação do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Realçou a necessidade da superação da crise de direção revolucionária, tarefa inadiável da militância revolucionária, ferramenta sem a qual não se logrará êxito na destruição do capitalismo em crise estrutural. Concluiu que o programa da revolução socialista vive no Programa de Transição, um instrumento de defesa da vida das massas e de luta pelo socialismo.

Marcha e Ato de Solidariedade ao HAITI mostram tendências burocráticas da esquerda reformista e centrista

No dia 29/01, também foi realizada uma marcha pela principal avenida do centro de Salvador, a Avenida Sete, com a concentração da militância de esquerda na Praça da Piedade.

Durante a passeata, evidenciaram-se as tendências burocráticas que germinam entre as organizações, movimentos e entidades que a planejaram. A militância do POR foi impedida de se inscrever para falar sobre o problema do Haiti e defender as suas posições. Na concentração, ocorreu a mesma coisa, só falaram as organizações que tiveram o aval dos coordenadores do ato.

O POR atuou divulgando um panfleto em defesa dos trabalhadores e demais explorados haitianos, diante da exploração capitalista da burguesia nacional e das multinacionais, da intervenção das forças militares comandadas pelo imperialismo norte-americano (EUA), das quais o governo Lula participa cinicamente, sob o argumento de defesa da paz social e da segurança da população do Haiti. O ato ocorreu no momento importante, em que a população haitiana sofre as consequências do terremoto que já matou mais 200 mil pessoas. Os EUA reforçaram as suas tropas com mais de 15 mil soldados. Os explorados sofrem com a fome, o desemprego, a miséria, falta de água potável e saneamento, as doenças, a falta de médicos, bombeiros e medicamentos para tratar os feridos.

O POR denunciou a intervenção imperialista há mais de seis anos no Haiti e a profunda exploração a que os trabalhadores haitianos estão submetidos pelo capital financeiro internacional e o papel que cumpre o governo do PT e Lula nessa intervenção contra a população pobre do país. O PT e seu governo passarão para a história como submissos aos interesses do imperialismo e por ter feito parte de uma intervenção que reforça e defende a propriedade privada dos meios de produção, esmaga a população miserável que, sem qualquer alternativa de vida e trabalho, saqueia os supermercados e lojas, recebendo das forças intervencionistas repressão, com muitos mortos e feridos.

Os explorados de todo o mundo devem se solidarizar com os haitianos. Mas somente a constituição de um partido revolucionário pode organizar o inconformismo e a resistência dos explorados haitianos

contra as forças de intervenção, defendendo o direito à autodeterminação do país e o sepultamento da propriedade privada.

Plenária debate a formação de uma nova central: o equívoco da cisão e as tendências burocráticas em seu nascedouro

No dia 30/01 ocorreu a Plenária encaminhada pela Conlutas e Intersindical para debater a fusão das duas organizações e a formação de uma nova central. Participaram da mesa e do debate apenas as organizações e movimentos que defendem a posição da ruptura com a CUT e a formação de uma nova central, tais como a Conlutas, o PSTU, a Intersindical, o PSol, MTL, MTST, Anel, entre outras organizações. Segundo cálculos do PSTU, havia em torno de 300 militantes na plenária. Apesar de não ter caráter deliberativo, foi convocado um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora para os dias 5 e 6 de junho do corrente ano.

Como ocorreu durante a marcha e ato de solidariedade ao Haiti, o POR pediu inscrição, sendo-lhe dito por um dos organizadores da mesa que apenas as organizações, entidades e movimentos que estão a favor da nova central podiam intervir. Esses fatos mostram, no nascedouro, tendências burocráticas presentes na discussão e organização da fusão das duas entidades e nos atos dos partidos que a conduzem, que carregam da experiência de congressos, atos e eleições no interior da CUT vícios políticos, traduzidos na forma do boicote às organizações que têm divergências com o PSTU e PSol, quanto à questão da cisão e da formação da nova central.

O POR distribuiu o manifesto sobre a necessidade de uma central única operária e da unidade organizativa dos trabalhadores e demais explorados. Colocou a sua banca de materiais políticos, entre os quais os folhetos sobre o balanço dos congressos da Conlutas e Anel. O POR deixou claro em sua nota que os partidos, entidades e movimentos que debatem a nova central constituem um setor importante da vanguarda. Não obstante, mostraram-se os equívocos dos fundamentos colocados pelo PSTU para concluir a cisão com a CUT.

Em primeiro lugar, não existe um movimento de massas dos trabalhadores de rompimento com a central. Na verdade, a maioria esmagadora do proletariado e os sindicatos mais importantes do país encontram-se sob controle da CUT, da FS e da CTB. A cisão foi, portanto, produto da vanguarda militante dos dois principais partidos nela envolvidos (PSTU e PSol), tendo arrastado algumas correntes políticas. É verdade, porém, que a CUT encontra-se burocratizada e estatizada pelo governo Lula. Mas daí não se conclui que se deva fragmentar ainda mais os trabalhadores, com cisões e formação de outras centrais.

O processo de burocratização não é de agora, foi um passo necessário para que o PT se potenciasse como partido eleitoral e conquistasse a confiança da burguesia. A burocratização da CUT liga-se à adaptação do PT ao Estado burguês e ao processo de expulsão e solapamento das correntes opositoras no interior do PT e da CUT. O encaminhamento da reforma sindical pelo Governo Lula potencializou as tendências de ruptura com a CUT. O estalinismo, que antes criticava a ruptura do PSTU e PSol, cindiu com a burocracia cutista e criou a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras Brasileiros (CTB).

Tudo indica que, com a fusão e criação da nova central a partir da Conlutas e Intersindical, a guerra das burocracias em torno dos aparelhos sindicais continuará mais forte. A burocracia da CUT está hoje livre para controlar e impor aos trabalhadores a sua política conciliatória. O POR não se recusa a atuar na nova central se a mesma for constituída, defendendo a unidade organizativa da classe operária e suas reivindicações, sob a base do Programa de Transição e da bandeira da IV Internacional.

Revelador discurso de Pablo Solón no “Fórum Social Mundial”

(Extraído do *Jornal Massas* n.º 2159, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Na opaca constelação diplomática do governo MAS, a estrela Pablo Solón é considerada a mais brilhante. Inicialmente, surgiu como embaixador plenipotente e, posteriormente, foi designado como representante do governo boliviano na Organização das Nações Unidas, com a finalidade de conquistar a descriminalização da folha de coca.

Ultimamente, pronunciou um discurso no Fórum Social Mundial, reunido em Porto Alegre, Brasil. Pelo sugestivo discurso que, em muitos aspectos, sai dos cânones da verbosidade massista, passamos a comentá-lo.

Inicia denunciando que a ONU está controlada por uma espécie de governo monárquico dos cinco países mais poderosos do mundo (EUA, França, Inglaterra, China e Rússia), que constituem o “Conselho de Segurança” e que gozam do direito de veto sobre as resoluções mais importantes da organização. Afirma que, por essa razão, a organização mundial é colonizadora porque impõe aos países mais pobres os interesses dos mais poderosos, privando-lhes aos primeiros o poder de ter de ouvir sua posição sobre os problemas mais contundentes da humanidade.

Propõe uma campanha mundial para descolonizar a ONU, democratizaria com uma maior representatividade dos países pobres e converteria em um foro onde todos tenham as mesmas possibilidades de participar nas resoluções mais importantes no que diz respeito fundamentalmente à defesa do meio ambiente e outros. Encerra defendendo que – isto é o mais sugestivo – “sem transformar o mundo será impossível transformar os Estados nacionais e alterar o modelo de poder que oprime as nações menos desenvolvidas e as fecha para

Aprofunda-se a crise na Venezuela

A Venezuela sofre os efeitos da crise mundial do capitalismo. A queda dos preços e do consumo do petróleo lhe afeta mais diretamente, porque se trata de seu principal produto de exportação. Com a queda do ingresso de dólares, o país vai deteriorando sua economia. O PIB registra queda, cresce a inflação, faltam produtos para o consumo, há uma crise energética (apagões por falta de energia). Torna-se mais difícil ao governo manter sua política assistencialista. O governo responde com a desvalorização da moeda nacional (um câmbio duplo: um para o comércio exterior e outro para o mercado interno), estatiza empresas de distribuição de alimentos, impõe um controle de preços, reajusta os salários do funcionalismo, pede ajuda a Cuba e ao Brasil para gerenciar a energia insuficiente.

No plano político, cresce a crise do governo: Chávez demite ministros ligados a ele desde o início do chavismo. A popularidade cai, tem de enfrentar protestos da direita estudantil e reprimi-las. Contra a oposição burguesa, fecha uma série de empresas de comunicação.

O que se evidencia é que não existe mais a base material para a demagogia socialista chavista: os dólares abundantes do petróleo pré-crise, que estava sobrevalorizado e com elevado consumo, e que a crise capitalista pressiona em favor da oposição burguesa a Chávez, que nos últimos anos foi desarticulada e desacreditada.

Raiz do fracasso de Chávez

O governo de Chávez é respeitador da propriedade privada dos meios de produção. Por isso não tem nada a ver com o socialismo, é um governo burguês, apesar de toda veemência anti-norte-americana e pseudo-socialista. Suas estatizações indenizam os proprietários, muitas vezes tornando-os sócios das empresas estatizadas. Não se trata de expropriação e não há controle operário sobre as estatizadas. Quer fazer crer que o capitalismo de estado é socialismo.

Ao preservar o princípio da propriedade privada dos meios de produção, Chávez mantém viva a debilitada oposição burguesa, ao lhe conservar a base material de seu poder econômico e político. Há setores burgueses que se beneficiam das políticas de Chávez e o apóiam, mas outros aspiram destruir o assistencialismo e abocanhar uma fatia do orçamento público em benefício do subsídio empresarial

o caminho do progresso...”. Referindo-se à Bolívia, defende que “a nova Constituição... estabeleceu mecanismos necessários para ir a uma economia popular e solidária, mas... só se se mudar o mundo poderá mudar a Bolívia plenamente”. Esta última parte do discurso é praticamente uma espécie de água benta do “processo de mudanças profundas” sobre aquilo que cacarejam os teóricos do MAS.

O que se passou? Por acaso o ex-trotskista voltou a aterrissar na realidade? Pareceu que de pronto voltou à estrutura mental reformista do militante do MAS a idéia central do trotskismo e da revolução permanente que diz que a Bolívia é parte da economia mundial e que o destino de sua revolução depende da derrota do capitalismo no plano internacional. Entretanto, de longe se percebem as posições reformistas de Solón quando deposita esperança de que pacificamente, por meio de ‘uma campanha mundial’, pode-se transformar a natureza da ONU, que já Lênin tinha qualificado “como uma cova de Bandidos”. O embaixador estrela tem de recordar que há um só caminho para derrotar o imperialismo no plano mundial, é através da revolução social também no terreno mundial, transformando a propriedade privada em propriedade social a serviço de toda humanidade.

Teria de perguntar-se, por outro lado, por acaso o discurso que comentamos é um reconhecimento tácito do fracasso da política da coca no plano internacional? Se assim fosse, Evo Morales tem um grave problema com os cocaleiros, sobretudo do Chapare Cochabambino, no qual se criou a ilusão de que no cenário da ONU se conquistará a

descriminalização da “folha sagrada”.

e financeiro, sem falar daqueles mais estreitamente vinculados ao imperialismo norte-americano, que trabalham em favor de submeter o país aos ditames da potência do norte.

As tentativas de Chávez de coibir a ação de setores da burguesia opositora, seja lhes calando ao fechar empresas de comunicação, seja com suas estatizações indenizadas, concluem por agravar a crise política, porque, apesar dessas medidas, o poder político e econômico permanece intocado e resguardado, materializado na propriedade privada dos meios de produção.

Os Estados Unidos atuam sobre a crise, procurando reabilitar e fortalecer a oposição burguesa, reconstituir a fração golpista que fracassou no passado em depor Chávez, então com alto índice de apoio político, isolar comercialmente a Venezuela e obstaculizar seus acordos comerciais (Mercosul etc.). O imperialismo conta atualmente em seu favor com as consequências da crise econômica sobre o país, que vão desgastando política e economicamente o governo de Chávez.

Resposta Proletária

O maior problema para as massas na Venezuela é que estão sob a influência política de um governo burguês nacionalista, que não tem como se desvencilhar da opressão nacional e superar o atraso, porque preserva a essência capitalista da propriedade privada dos meios de produção. E não contam com um partido revolucionário enraizado que seja capaz de travar a luta pela revolução proletária, que transformará a propriedade privada em coletiva, isso é, em socialista. A ausência do partido impossibilita as massas ganharem independência política e resistirem às pressões das frações burguesas em disputa. Somente arrancando da burguesia sua fonte de poder político e econômico será possível emancipar os explorados e o país da opressão nacional. O nacionalismo ata a classe operária à grande propriedade, estatiza as organizações e leva o conflito com o imperialismo a um beco sem saída, cujo resultado final é o triunfo da reação. A vanguarda tem a tarefa de ajudar a classe operária e demais oprimidos a superar a experiência com o chavismo, defendendo o programa da revolução social e constituindo o partido marxista-leninista-trotskista.